

somos
CCOP»



RELATÓRIO ANUAL 2025

 **SICOOB**
Empresarial

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO

2 QUADRO ESTATUTÁRIO

3 MENSAGEM DA DIRETORIA

4 MAPA ESTRATÉGICO

5 GENTE & CULTURA:
CONECTANDO PESSOAS,
CULTURA E RESULTADOS

6 COLABORADORES E
INVESTIMENTOS

7 AÇÕES E TRANSFORMAÇÃO
SOCIAL

8 PROTAGONISMO COMERCIAL:
A FORÇA POR TRÁS DOS
RESULTADOS DE 2025

9 EVENTOS EXTERNOS

12 EVENTOS INTERNOS

15 DESEMPENHO FINANCEIRO

18 DEMONSTRAÇÃO
PATRIMONIAL

21 INDICADORES

25 RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

31 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

39 PARECERES

44 NOTAS EXPLICATIVAS

97 NOSSA EQUIPE

APRESENTAÇÃO

Este relatório registra não apenas os números e realizações do exercício, mas também o fortalecimento de uma trajetória construída com participação, confiança e visão de longo prazo.”



Antonio Eustáquio de Oliveira

Presidente do Conselho de Administração

Prezados cooperados,

É com orgulho e responsabilidade que compartilho com vocês o Relatório Anual da nossa Cooperativa, referente ao exercício de 2025. Esta publicação apresenta os resultados do período, os avanços consolidados e as decisões estratégicas que fortaleceram ainda mais nossa atuação como uma Cooperativa financeira sólida, próxima, inovadora e voltada aos interesses dos nossos cooperados.

Em 2025, seguimos firmes no propósito de ampliar nossa atuação com equilíbrio, responsabilidade e foco em decisões que beneficiassem diretamente o cooperado. Cada passo dado ao longo do ano reforçou nosso compromisso com uma gestão consistente, transparente e orientada pela essência do cooperativismo.

Esse compromisso também se refletiu em resultados expressivos. Encerramos o ano com mais de 12.500 associados, mais de R\$ 315.200.000,00 em ativos totais e mais de R\$ 12.400.000,00 em sobras brutas, números que evidenciam a força da nossa Cooperativa e a confiança de cada cooperado.

Seguimos avançando na digitalização de processos, no aprimoramento dos serviços, na modernização das soluções financeiras e na melhoria da experiência do cooperado. Mantivemos ainda

nosso compromisso com a sustentabilidade, a responsabilidade social e o desenvolvimento das comunidades.

Cada conquista alcançada em 2025 é resultado da confiança, do apoio e da participação dos nossos cooperados, assim como da dedicação dos nossos colaboradores e dirigentes. Por isso, expresso aqui minha sincera gratidão e peço que continuem caminhando conosco, apoiando uma gestão séria, transparente e voltada aos interesses do cooperado.

Este relatório registra não apenas os números e realizações do exercício, mas também o fortalecimento de uma trajetória construída com participação, confiança e visão de longo prazo. Seguimos comprometidos com a construção de uma Cooperativa cada vez mais forte, inclusiva e preparada para atender às necessidades dos nossos cooperados.

Juntos seguimos fortalecendo nossa Cooperativa!

QUADRO ESTATUTÁRIO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Antonio Eustáquio de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração



Daniel Borges Gomes
Vice-Presidente do Conselho de Administração



Julio Maria
Conselheiro Vogal



Jeovani Ferreira Salomão
Conselheiro Vogal



Jobson Theiss Marques
Conselheiro Vogal



Leomar Cordeiro de Almeida
Conselheiro Vogal



Ricardo de Figueiredo Caldas
Conselheiro Vogal



Waldir Lacerda de Alencar
Conselheiro Vogal



Yusef George Nimer
Conselheiro Vogal

CONSELHO FISCAL



Evair de Souza Junior
Conselheiro Efetivo



Fabiana Teixeira
Conselheiro Efetivo



João de Alcântara Silvério
Conselheiro Efetivo



Edvaldo Batista Gonzaga
Conselheiro Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA



Fabrício Alencar de Andrade
Diretor Superintendente



Almon Botelho Alvarenga Júnior
Diretor de Operações



Vinícius Marques de Oliveira
Diretor de Negócios

MENSAGEM DA DIRETORIA



Fabrício Alencar
Diretor Superintendente

Em 2025, avançamos de forma consistente no fortalecimento da nossa cultura organizacional, consolidando um ambiente pautado na colaboração, transparência e desenvolvimento contínuo de nossos colaboradores. Reforçamos nosso compromisso com a clareza nas oportunidades de crescimento profissional, promovendo uma jornada mais estruturada e justa para todos. Mesmo diante de um cenário desafiador, marcado pela elevação das taxas de juros, alcançamos resultados positivos, evidenciando a solidez da nossa gestão e a confiança dos nossos cooperados.

Seguimos investindo na formação de nossas lideranças, preparando-as para desenvolver equipes cada vez mais engajadas e capacitadas, com foco na excelência no atendimento e na geração de valor ao cooperado.

Estamos confiantes de que, ao fortalecer nossa cultura e investir em pessoas, continuaremos impulsionando um crescimento sustentável e perene para a nossa Cooperativa.



Almon Junior
Diretor de Operações

O ano de 2025 foi extremamente desafiador para a Diretoria de Operações da nossa Cooperativa, diretoria esta que abrange as áreas Administrativa, Financeira e de Crédito, sempre com o compromisso pela excelência operacional e pelo crescimento sustentável. Investimos na capacitação e engajamento de nossas equipes, fomentando um ambiente de transparência, aprendizado contínuo e liderança inspiradora.

Diante de um cenário regulatório desafiador, com a implementação da IFRS 9 e Resolução CMN nº 4.966/2021, que elevaram significativamente os riscos das operações de crédito, superamos obstáculos por meio da mudança de pensamento e engajamento das áreas envolvidas na liberação de novas operações de crédito de forma mais sustentável. Alcançamos resultados expressivos, devolvendo aos nossos cooperados mais de 8 milhões de reais.

Encerramos o ano convictos de que, priorizando ética, inovação e desenvolvimento humano, estaremos preparados para futuros desafios, garantindo solidez financeira e a confiança de nossos cooperados.



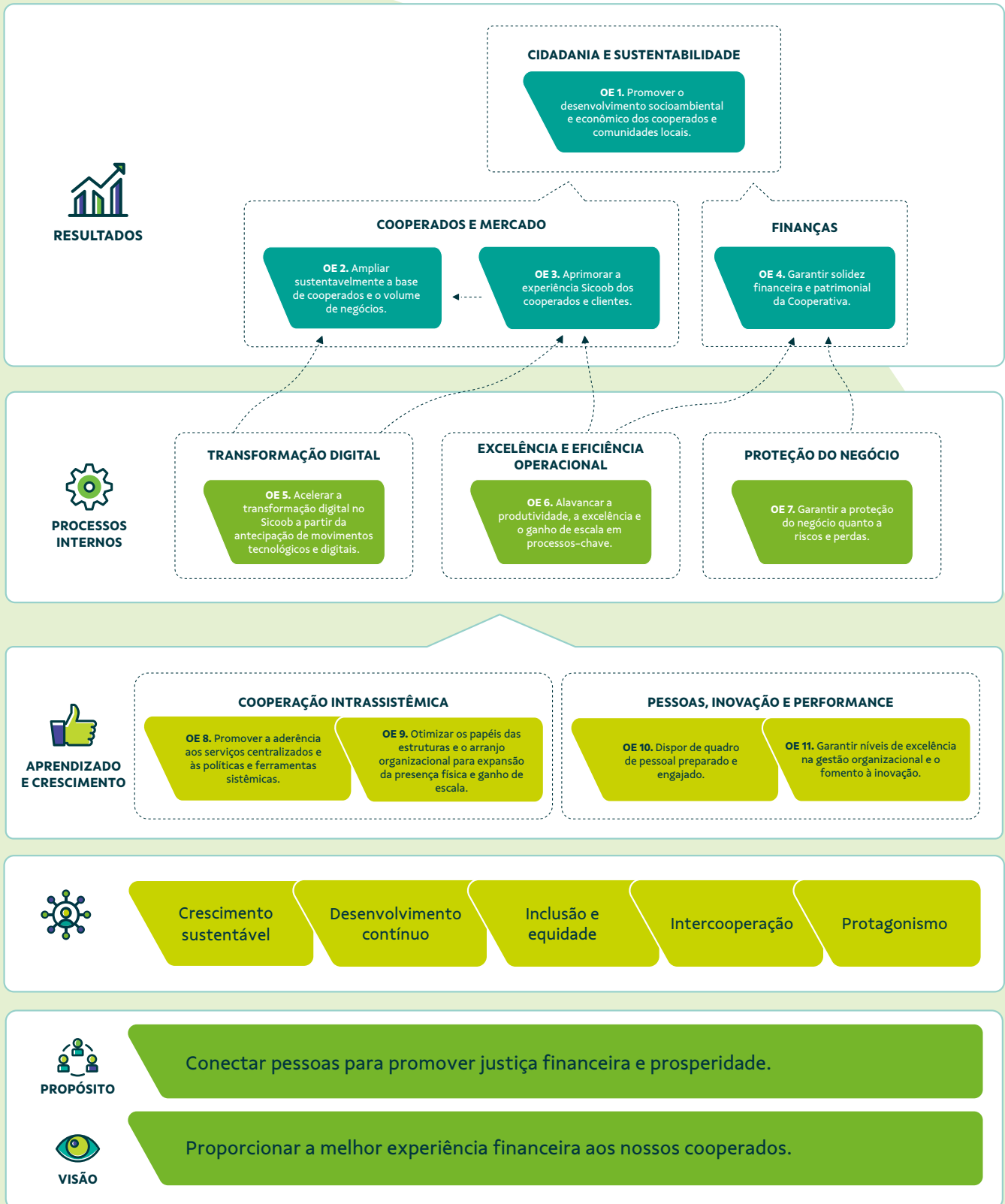
Vinicius Marques
Diretor de Negócios

Foi um ano de superação e conquistas para a Diretoria de Negócios do Sicoob Empresarial. Mesmo diante das adequações exigidas pela Resolução CMN 4966, conseguimos transformar desafios em oportunidades e alcançar resultados expressivos. A receita de crédito e de produtos e serviços avançou de forma consistente, a base de cooperados ultrapassou a marca de 12 mil, e as liberações de operações de crédito cresceram mais de 50% em relação ao ano anterior.

Esses números refletem não apenas a força da nossa estratégia, mas sobretudo o empenho e a motivação incansável da equipe, que trabalhou com foco em gerar valor e melhores resultados para nossos cooperados.

Este desempenho reafirma nossa capacidade de crescer com solidez e de seguir construindo, juntos, um futuro ainda mais promissor.

MAPA ESTRATÉGICO



GENTE & CULTURA: CONECTANDO PESSOAS, CULTURA E RESULTADOS

Em 2025, a Cooperativa avançou na evolução da sua gestão com a estruturação da área de Gente & Cultura, ampliando o papel da antiga Gestão de Pessoas e consolidando uma atuação mais estratégica e conectada ao negócio. A área nasce com o propósito de promover condições para que a instituição tenha pessoas preparadas, alinhadas à cultura e capazes de entregar resultados com excelência.

Ao longo do ano, foram implementadas iniciativas que consolidam esse direcionamento, com destaque para a estruturação da Avaliação de Desempenho, realizada de forma semestral, trazendo mais clareza sobre expectativas e fortalecendo a gestão por resultados, com base em competências alinhadas à cultura e às necessidades do negócio.

No desenvolvimento do time, foi investido de forma consistente na formação técnica e gerencial, somando mais de 8 mil horas de treinamento e desenvolvimento e investimento superior a R\$ 16 mil, com destaque para o MBA em Gestão Estratégica em Sociedades Cooperativas, realizado com apoio do SESCOOP/DF, e para os investimentos em certificações profissionais, como a ANBIMA. Essas iniciativas reforçam a qualificação dos nossos profissionais, contribuindo para que a cooperativa conte com um time cada vez mais preparado, alinhado às exigências do negócio.

O Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL) também teve papel relevante nesse contexto, com mais de 70 horas de capacitação e investimento superior a R\$ 60 mil, abordando temas com foco em gestão e liderança. Como reflexo desse movimento, especialmente no fortalecimento da prática de feedback, foram registrados mais de 200 feedbacks ao longo do período, devidamente formalizados no Portal de Gestão da Performance Profissional, evidenciando maior engajamento das lideranças e evolução na cultura de acompanhamento e desenvolvimento das equipes.

A área também atuou de forma consistente no cuidado com as pessoas, estruturando e ampliando benefícios e iniciativas voltadas à qualidade de vida, saúde e bem-estar. Nesse cenário, destacam-se investimentos que, somados, ultrapassam R\$ 860 mil, considerando o plano de saúde, iniciativas como o Wellhub e campanhas de saúde e bem-estar realizadas ao longo do ano, reforçando o compromisso com a saúde integral dos colaboradores e a sustentabilidade do negócio.

No campo do engajamento e da cultura, destacam-se iniciativas como o Encontro de Gente & Cultura, que aproximou os colaboradores das estratégias da cooperativa, e o programa Conectando Valores, voltado ao reconhecimento e valorização das pessoas, especialmente nos marcos de tempo de casa. Nesse contexto, também se destacam ações que refletem o compromisso em cooperar com diferentes momentos da vida dos profissionais, como o auxílio creche e o Kit Gestante, que juntos somaram mais de R\$ 47 mil em investimentos. Essas iniciativas fortalecem o vínculo, o pertencimento e a vivência da cultura organizacional.

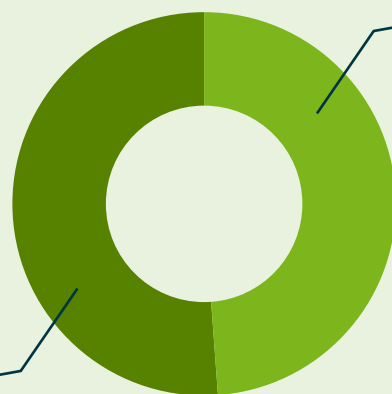
Assim, em 2025, Gente & Cultura se consolida como uma área essencial para a cooperativa, estruturando práticas, apoiando decisões e criando as condições necessárias para que as pessoas e, conseqüentemente, o negócio, evoluam de forma consistente e sustentável.



COLABORADORES E INVESTIMENTOS

92

Colaboradores
em 2025



49%
Mulheres

51%
Homens



+R\$ 16 mil
Investidos em capacitação



+R\$ 860 mil
Investidos em qualidade de vida,
saúde e bem-estar



+R\$ 47 mil
Investidos em auxílio creche
e Kit Gestante

8.117

Horas de
treinamento
realizadas pelos
colaboradores
em 2025.

AÇÕES E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

No Sicoob Empresarial, 2025 foi um ano marcado por impacto real, conexões significativas e transformação social.

Ao longo do período, fortalecemos nosso compromisso com o desenvolvimento das pessoas e da comunidade, levando conhecimento e promovendo oportunidades. Por meio dos programas do Instituto Sicoob, 2.247 pessoas foram beneficiadas com iniciativas voltadas ao cooperativismo e à cidadania financeira, como o Concurso Cultural, Conhecimento em Foco, Financinhas nas Escolas, Coleção Financinhas e Clínicas Financeiras. Cada ação representou um passo importante na construção de uma sociedade mais consciente, preparada e financeiramente saudável.

Esses resultados refletem, sobretudo, o engajamento dos nossos voluntários transformadores, que dedicaram 107 horas de trabalho voluntário com propósito, empatia e compromisso. Mais do que doar tempo, eles contribuíram para gerar impacto positivo e ampliar o alcance das nossas iniciativas, sendo peças fundamentais nessa jornada.

O olhar atento para as necessidades da comunidade também se traduziu em ações filantrópicas relevantes, que beneficiaram mais de 1.800

pessoas. A Campanha Calor Solidário mobilizou esforços e arrecadou 2.910 peças de roupas, destinadas à Associação Mães Guerreiras, na Cidade Estrutural, levando acolhimento e dignidade a quem mais precisa. Em outra frente, realizamos a doação de 31 computadores ao Instituto Formando Campeões para a Vida, contribuindo diretamente para a inclusão digital e o acesso à educação. Já a ação “O bem faz bem” resultou na arrecadação de 1.346 kg de alimentos, que foram destinados à Associação Despertar Sabedoria, no Sol Nascente, reforçando o apoio às famílias em situação de vulnerabilidade.

Além das iniciativas sociais, seguimos investindo no desenvolvimento dos nossos cooperados, ampliando o acesso ao conhecimento por meio da educação. Ao longo do ano, 587 cooperados concluíram cursos de educação financeira no portal do Sicoob, enquanto 219 participaram de formações voltadas à educação cooperativista e empreendedora. Esses números refletem nosso compromisso em fomentar autonomia, consciência financeira e espírito empreendedor.

Mais do que resultados expressivos, 2025 foi um ano em que fortalecemos nosso propósito de transformar realidades por meio do cooperativismo, gerando valor compartilhado e contribuindo para um futuro mais justo, sustentável e colaborativo.



Participação no Dia C



Doação dos computadores

PROTAGONISMO COMERCIAL: A FORÇA POR TRÁS DOS RESULTADOS DE 2025



Café & Negócios

O ano de 2025 foi marcado por uma atuação comercial estruturada, próxima e orientada a resultados. Nosso time esteve presente fortalecendo relacionamentos com o Café e Negócios, evento em comemoração ao aniversário das cidades satélites, além de participar de importantes iniciativas como rodadas de negócios com Sebrae, Brasília + TI, Movimento de Apoio aos Empresários (MAE), FAMPE, AgroBrasília e ExpoAbra, ampliando conexões estratégicas e convertendo oportunidades em negócios concretos.

Foi também um período marcado por intensa presença institucional e comercial. Participamos de mais de 32 ações estratégicas, que ampliaram nossa visibilidade e consolidaram a força da marca Sicoob Empresarial. O reconhecimento foi notável: conquistamos cinco vezes o destaque nacional e quatro vezes o destaque regional, evidenciando nossa capacidade de competir e se sobressair em diferentes cenários. Além disso, recebemos quatro premiações extras de empresas parceiras, especialmente nas áreas de consórcios e seguros, o que reforça a credibilidade de nossas práticas e a solidez das alianças construídas. Esses resultados demonstram não apenas o vigor da nossa atuação, mas também a confiança que o mercado deposita em nossa cooperativa.

Mais do que iniciativas pontuais, consolidamos uma estratégia comercial ativa, baseada em relacionamento, inteligência de mercado e foco em

performance. Essa atuação foi reforçada por 12 reuniões de alinhamento estratégico dedicadas à melhoria da experiência dos nossos cooperados, garantindo que a voz do cooperado guiasse nossas decisões. Somam-se a isso 2 workshops “Desenvolvendo Negócios”, aproximadamente 18 treinamentos comerciais voltados ao desenvolvimento da força de vendas e a consultoria especializada da Empresa Yassaka (Cresça+). Essas ações impulsionaram o crescimento da cooperativa e fortaleceram nosso posicionamento como parceiro financeiro estratégico dos cooperados e empresários da região.

Crescimento em números

Os resultados refletem a força da execução comercial:

- Receita de Crédito: crescimento superior a 11%*, mesmo em um cenário de transição normativa (Resolução CMN nº 4.966).
- Expansão Comercial: aumento de mais de 54%* no volume de operações liberadas, alcançando uma carteira superior a R\$ 122 milhões.
- Produtos e Serviços: crescimento de mais de 18%* na receita, fruto da diversificação do portfólio e da atuação consultiva junto aos cooperados.
- Receitas: alcance das receitas projetadas mostrando todo empenho comercial da Cooperativa.
- Base de Cooperados: superamos a marca de 12 mil cooperados, ampliando nossa presença e relevância na comunidade.

Encerramos 2025 com a convicção de que crescimento sustentável é fruto de estratégia, proximidade e execução disciplinada. Nosso time comercial foi protagonista desse movimento, transformando relacionamento em confiança e confiança em resultado.

* Em relação ao exercício anterior

EVENTOS EXTERNOS



AGOE



Café & Negócios



Vende Sicoob



Agrobrasilândia



Calor Solidário



Dia C



Panorama



Cooperjogos



Brasília + TI



Expoabra



Rodada de Negócios do Sebrae



Patrocínio a equipes de robótica do SESI/DF



AGE



Solenidade do Ano Internacional do Cooperativismo



Sebrae Delas



Ação na Feira da CAS SHPS



5ª Cavalgada – O Caipirão



Premiação Investir é para todos



Global Innovation Coop Summit



Concurso Cultural



O bem faz bem



8º ECOS

EVENTOS INTERNOS



Todos em Campo



Premiação Destaques do Comercial



Carnaval



Encontro de Gente & Cultura



Páscoa



Dia da Mulher



Dia do Trabalhador



Dia das Mães



Encontro de Voluntários



Programa Desenvolvendo Líderes



Dia dos Pais



Desenvolvendo Negócios



Festa Junina



Cresça +



Festa Juntos em Família



Desenvolvendo Negócios - Etapa Crédito



Encontro dos Guardiões CX



Setembro Amarelo



Outubro Rosa



Conectando Valores



Confraternização



Natal

DESEMPENHO FINANCEIRO

1

Apuração de Resultado

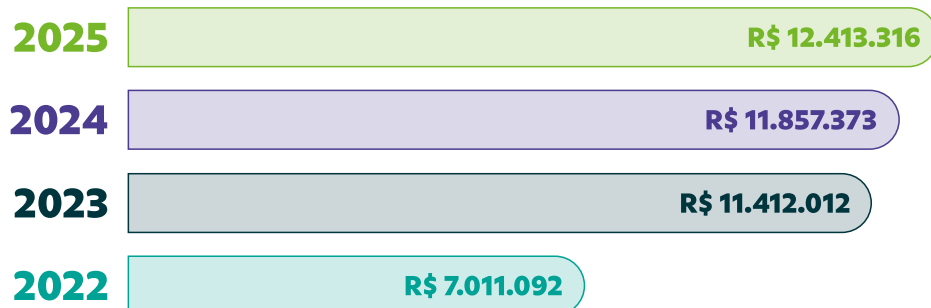
As sobras líquidas em 2025 tiveram uma redução de 2,03% em relação a 2024. Contudo, houve um pagamento de juros sobre o capital 47,15% maior que no ano anterior. As sobras líquidas somaram R\$ 3.036.980,13.

RESULTADO APURADO POR ANO		
DESCRIÇÃO	2024	2025
Resultado bruto 1º semestre	R\$ 2.970.220,59	R\$ 1.951.152,48
Resultado bruto 2º semestre	R\$ 8.887.152,37	R\$ 10.475.952,69
ROB – Resultado Operacional Bruto	R\$ 11.857.372,96	R\$ 12.413.316,04
Juros pagos ao Capital	R\$ 3.502.882,69	R\$ 5.154.454,77
PPR*	R\$ 890.000,00	R\$ 495.000,00
Despesa FATES	R\$ 357.424,65	R\$ 512.972,46
Resultado acumulado	R\$ 7.107.065,62	R\$ 6.759.677,94
Sobras brutas	R\$ 6.888.657,86	R\$ 6.748.844,74
(-) FATES	R\$ 344.432,89	R\$ 337.442,24
(-) Reserva legal	R\$ 3.444.328,93	R\$ 3.374.422,37
Sobras líquidas do exercício	R\$ 3.099.896,04	R\$ 3.036.980,13
Valor retornado ao Cooperado	R\$ 6.602.778,73	R\$ 8.191.434,90

* Programa de Participação nos Resultados

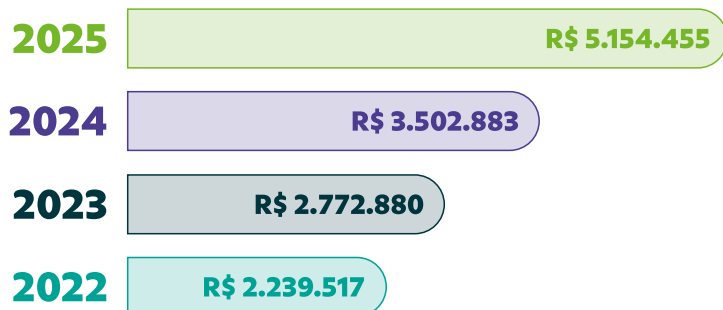
Resultado Bruto (antes dos juros ao Capital)

Houve um aumento de 4,69% no resultado bruto com relação a 2024.



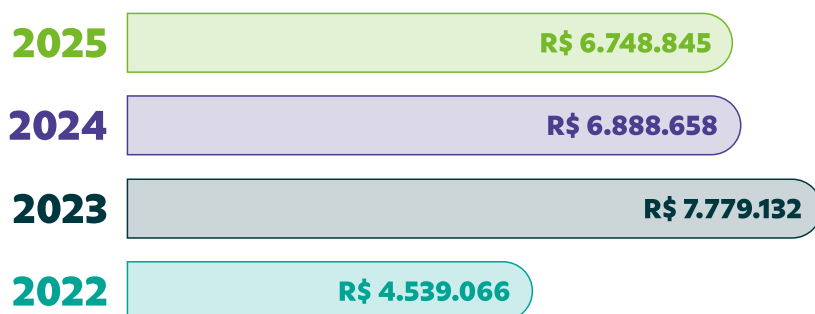
Juros ao Capital

Houve um aumento de 47,15% em relação a 2024.



Sobras Brutas (após pagamento dos juros ao Capital)

As sobras brutas, após pagamento do juros ao Capital, tiveram uma diminuição de 2,03% em relação a 2024.

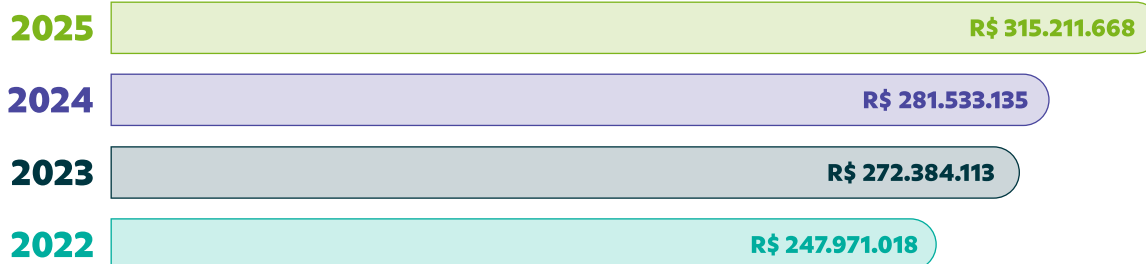


DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

2

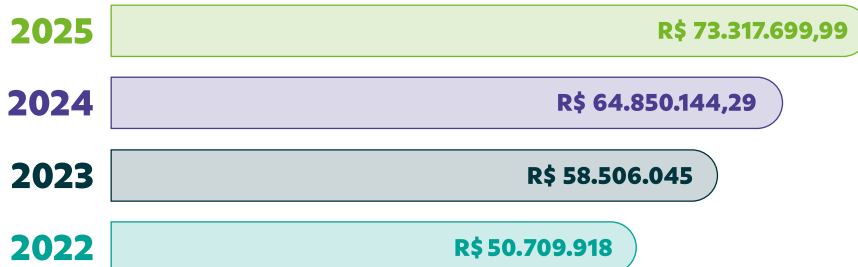
Ativos Totais

Aconteceu um aumento de 11,96% dos ativos totais em relação a 2024.



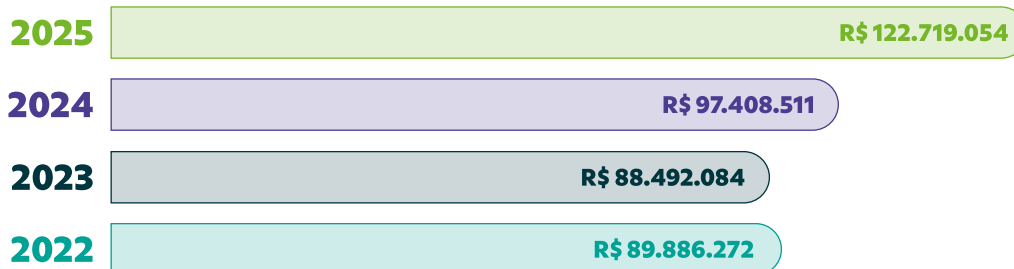
Patrimônio Líquido

Houve uma evolução de 13,06% no patrimônio líquido com relação a 2024.



Carteira de Crédito Geral *

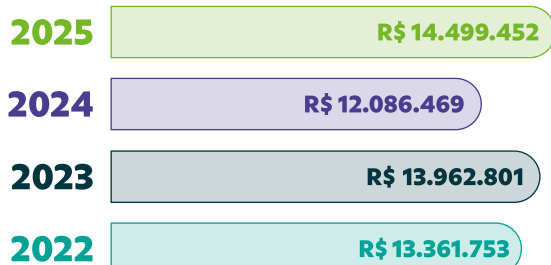
Nossa carteira de crédito bruta aumentou 25,98% em relação a 2024.



*Carteira comercial, rural, honras e avais e venda de BNDU.

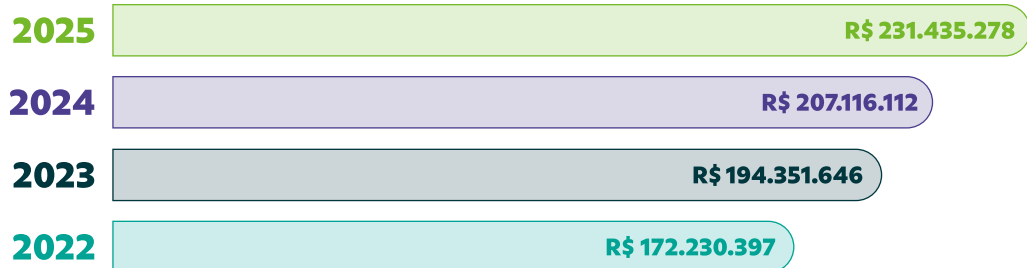
Provisão

O aumento registrado foi de 19,96% em relação a 2024.



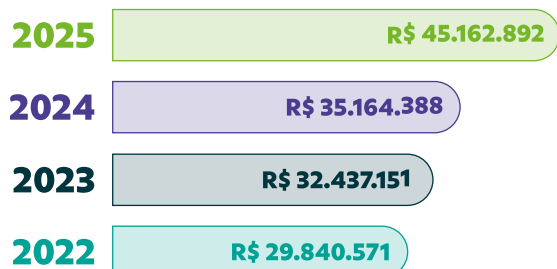
Depósitos Totais e LCI

Houve um aumento de 11,74% em relação ao registrado em 2024.



Capital

Foi registrado um aumento de 28,43% em relação a 2024.

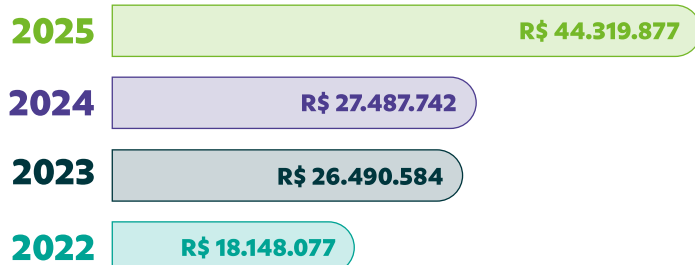


INDICADORES

3

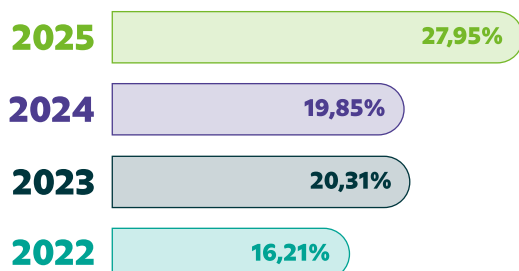
Patrimônio de Referência

Foi registrado um aumento de 61,24% em relação a 2024.



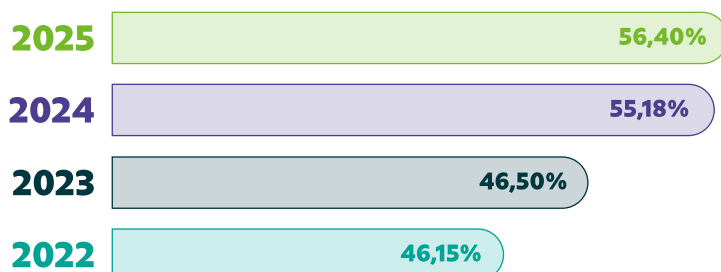
Índice de Basileia

Houve um aumento de 40,81% em relação a 2024.



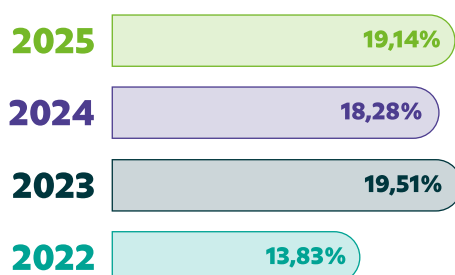
Eficiência Padrão

Aumentou 2,22% em relação a 2024.



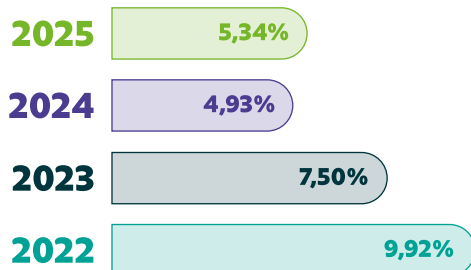
Rentabilidade de Patrimônio

O aumento registrado foi de 4,69% em relação a 2024.



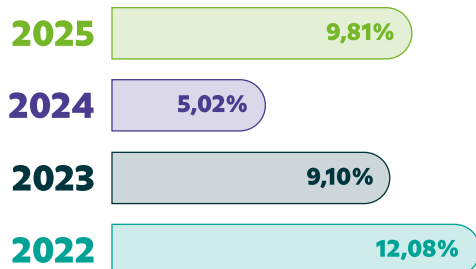
Inadimplência Geral

Foi registrado um aumento de 8,32% em relação a 2024.



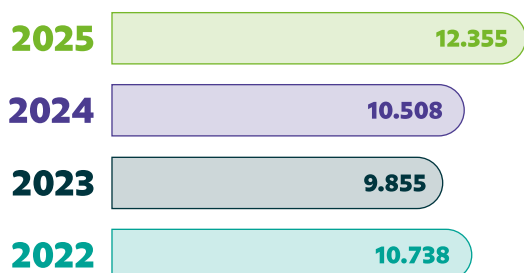
INAD 90

Foi registrado um aumento de 95,41% do INAD 90 em relação a 2024.



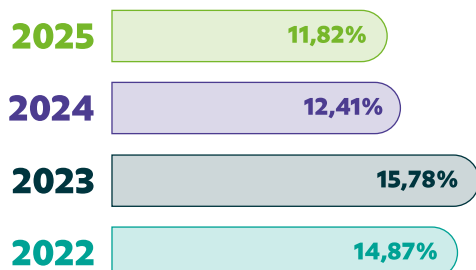
Número de Associados

Houve um crescimento de 17,58% no número de cooperados em relação a 2024.



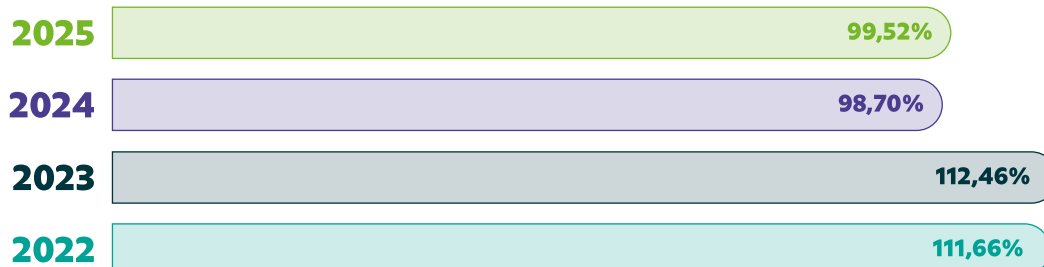
Iprov

Foi registrada uma redução de 4,78% em relação a 2024.



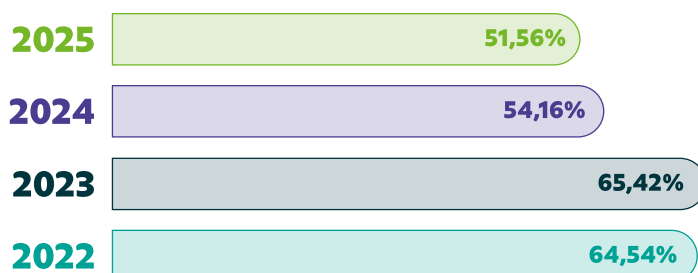
Índice de cobertura da pessoal

Foi registrado um aumento de 0,84% em comparação com 2024.



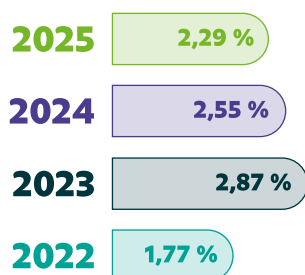
Índice de cobertura Administrativa

Reduziu 4,80% em relação a 2024.



Rentabilidade do Ativo

A redução registrada foi de 10,20% em comparação a 2024.



4

**RELATÓRIO DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO**

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO LTDA. – SICOOB EMPRESARIAL

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025 da cooperativa financeira SICOOB EMPRESARIAL.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. O que é o Sicoob

O Sicoob – Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil – é composto por centenas de cooperativas financeiras presentes em todos os estados brasileiros e reúne mais de 9,6 milhões de cooperados. Sua atuação fundamenta-se nos princípios do cooperativismo, em padrões de governança que privilegiam transparência, participação democrática e rigor regulatório, e em práticas de gestão orientadas para a sustentabilidade socioeconômica.

A estrutura operacional do Sistema inclui mais de 4,6 mil pontos de atendimento, milhares de equipamentos de autoatendimento e uma plataforma digital robusta, que assegura acesso a um portfólio completo de soluções financeiras, abrangendo depósitos, crédito, investimentos, meios de pagamento, previdência, consórcios, seguros e serviços de cobrança. O modelo cooperativista possibilita condições financeiras mais equilibradas e alinhadas às necessidades dos cooperados, reforçando a competitividade em relação ao mercado tradicional.

No Sicoob, o associado desempenha papel central: é dono do empreendimento e participa das principais instâncias decisórias, influenciando diretamente as diretrizes estratégicas e a alocação dos resultados. Os excedentes gerados são distribuídos entre os cooperados e reinvestidos nas comunidades onde o Sistema atua, promovendo desenvolvimento regional e consolidando um ciclo sustentável de geração de valor econômico e social.

2. Sustentabilidade

Com o objetivo de estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão mobilizadas em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para comunicar os compromissos assumidos aos cooperados e às comunidades, o Sicoob dispõe de um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, todos alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

Além disso, o Sicoob reforça a transparência, a governança ética, a formação de lideranças sustentáveis e a redução de emissões de carbono, engajando lideranças e cooperados para gerar impactos socioeconômicos positivos e fortalecer a resiliência às mudanças climáticas. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa Cooperativa

O SICOOB EMPRESARIAL é uma cooperativa financeira dedicada a fomentar o crédito para seus cooperados, seu principal público-alvo. Além de oferecer um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, os cooperados participam dos resultados financeiros da instituição e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

O Sicoob Empresarial é uma cooperativa financeira fundada em 2003, originalmente como Credindústria, com o propósito de ampliar o acesso ao crédito para pequenos e médios empreendedores do Distrito Federal. Sua trajetória institucional inclui a incorporação da CrediBrasil em 2011 e a adoção do modelo de livre admissão em 2020, consolidando uma estrutura que atualmente reúne mais de 10 mil cooperados, uma sede e sete pontos de atendimento. Sua atuação está fundamentada em um modelo de governança orientado pela transparência, participação democrática e uso responsável dos recursos, alinhado aos sete princípios cooperativistas e à Política Institucional de Responsabilidade Sociocultural. Como instituição sem finalidade lucrativa, reinveste seus excedentes para fortalecer sua solidez operacional e promover o desenvolvimento socioeconômico das comunidades atendidas.

Conheça um pouco do nosso Conselho de Administração e Diretoria:

Conselho de Administração:

Presidente – Antonio Eustáquio de Oliveira

Vice-presidente – Daniel Borges Gomes

Conselheiro Vogal – Jeovani Ferreira Salomão

Conselheiro Vogal – Jobson Theiss Marques

Conselheiro Vogal – Júlio Maria

Conselheiro Vogal – Leomar Cordeiro de Almeida

Conselheiro Vogal – Ricardo de Figueiredo Caldas

Conselheiro Vogal – Waldir Lacerda de Alencar

Conselheiro Vogal – Yusef George Nimer

Diretoria Executiva:

Diretor Superintendente – Fabrício Alencar de Andrade

Diretor de Operações – Almon Botelho Alvarenga Junior

Diretor de Negócios – Vinícius Marques de Oliveira

4. Política de Crédito

O Sicoob Empresarial conduz suas operações de crédito e captação com rigor técnico e alinhamento às normas prudenciais, realizando a concessão de empréstimos exclusivamente a cooperados, mediante análise prévia em conformidade com limites de alçada, critérios cadastrais

e metodologia interna de classificação de risco, incluindo avaliação por “rating”. A instituição adota procedimentos de mitigação de risco voltados a assegurar a liquidez das operações, observando integralmente a Resolução CMN nº 4.966/2021, que estabelece os parâmetros para mensuração, classificação, monitoramento e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Tais práticas integram o modelo de governança da Cooperativa, fundamentado em controles internos, conformidade regulatória e gestão responsável dos instrumentos financeiros.

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor essencial para nosso negócio. Por isso, cada cooperado tem direito a voto nas assembleias, onde são tomadas decisões importantes, como a eleição do Conselho de Administração, responsável pelas diretrizes estratégicas da cooperativa.

O Conselho Fiscal, também eleito em assembleia, é encarregado de supervisionar os atos administrativos, validar os balancetes mensais e o balanço patrimonial anual. Sua atuação é sistemática e complementar à do Conselho de Administração.

A gestão diária dos negócios da Cooperativa é conduzida pela Diretoria Executiva. Além disso, a Cooperativa conta com uma Unidade de Riscos e Controles Internos, supervisionada diretamente pelo Diretor Superintendente. Essa unidade é responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos e pelo monitoramento da conformidade com os normativos internos, sistêmicos (Sicoob Nova Central e CCS) e legais.

Os balanços da Cooperativa passam por auditorias realizadas por auditores externos, que emitem relatórios apresentados aos Conselhos e à Diretoria. Esses processos são, ainda, acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão responsável pela supervisão das cooperativas financeiras.

Dada a complexidade e os riscos inerentes à intermediação financeira, a Cooperativa utiliza ferramentas de gestão, como o Manual de Crédito, aprovado pelo CCS e homologado pela Central, além de outros manuais normativos.

A governança da Cooperativa também se apoia em instrumentos como o Estatuto Social, os Regimentos Internos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, além do Regulamento Eleitoral.

Adicionalmente, seguimos rigorosamente as normas contábeis e fiscais, assegurando que os integrantes da nossa Cooperativa atuem em conformidade com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo CCS.

Todos esses mecanismos de controle são indispensáveis para garantir a transparência da gestão e das atividades desenvolvidas, reforçando a confiança dos cooperados e da sociedade na instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

Trata-se de um canal de comunicação destinado aos cooperados e aos membros das comunidades onde atuamos, por meio do qual são recebidas e tratadas manifestações relacionadas aos nossos produtos e serviços.

Até 31 de dezembro de 2025, o Sicoob Empresarial registrou 74 (setenta e quatro) manifestações referentes à qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Entre essas manifestações, incluíram-se reclamações, solicitações de esclarecimentos e pedidos de providências, principalmente sobre atendimento, operações de crédito e conta-corrente.

Do total, contabilizaram-se 72 reclamações na plataforma anterior e 2 na nova plataforma, totalizando 74 reclamações no ano de 2025. Destas, 31,3% foram consideradas procedentes e solucionadas dentro dos prazos regulamentares, conforme a legislação vigente e os procedimentos internos de riscos e controles da Cooperativa.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCOOP é uma associação civil sem fins lucrativos criada com o objetivo de fortalecer a competitividade das cooperativas financeiras em relação aos bancos comerciais, além de proteger os depositantes que confiam nessas instituições. O Fundo garante a devolução dos valores depositados pelos cooperados, em caso de intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, respeitando o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

Conforme o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29 de julho de 2021, as instituições associadas ao FGCOOP devem contribuir mensalmente com 0,0125% sobre o saldo das obrigações garantidas. Essas obrigações abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) dos bancos, como depósitos à vista e a prazo, letras de crédito do agrogócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

RESULTADOS FINANCEIROS DO PERÍODO	% DE VARIAÇÃO	2º SEM/25	31/12/2025	31/12/2024
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	12,29%	10.278.790,67	11.914.132,71	10.609.948,31

NÚMERO DE COOPERADOS	% DE VARIAÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Total	17,58%	12.355	10.508

CARTEIRA DE CRÉDITO	% DE VARIAÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Carteira Comercial	25,98%	122.719.054	97.408.511
TOTAL	25,98%	122.719.054	97.408.511

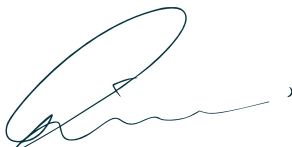
CAPTAÇÕES	% DE VARIAÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos à vista	6,44%	69.872.445	65.643.814
Depósitos a prazo	18,59%	161.496.514	136.174.964
TOTAL	25,04%	231.368.959	201.818.778

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos colaboradores pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2025.



Antonio Eustáquio de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração



Fabrício Alencar de Andrade
Diretor Superintendente



Vinicius Marques de Oliveira
Diretor de Negócios



Almon Botelho Alvarenga Junior
Diretor de Operações

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5

Balanço Patrimonial Ativo

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais).

DESCRIÇÃO	NOTAS	31/12/2025
ATIVO		315.211.668,37
DISPONIBILIDADES	5	1.030.839,02
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		260.427.495,31
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5 e 6.1	4.490.904,36
Relações Interfinanceiras	6.6	145.359.534,57
Operações de Crédito	7	118.323.290,64
Outros Créditos	7	4.395.763,82
Outros Ativos Financeiros	9	2.357.454,11
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	7	(14.499.452,19)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	6.2	2.696.690,63
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		2.696.690,63
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	6.3	36.049.517,24
Títulos e Valores Mobiliários		36.049.517,24
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	10	229.008,46
OUTROS ATIVOS	11	11.718.797,51
IMOBILIZADO DE USO	12	6.937.199,01
INTANGÍVEL E ÁGIO	13	346.538,02
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(4.224.416,83)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	12	(3.891.965,04)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	13	(332.451,79)
TOTAL DO ATIVO		315.211.668,37

Balanço Passivo e Líquido

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em Reais).

DESCRIÇÃO	NOTAS	31/12/2025
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		315.211.668,37
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		241.733.454,69
DEPÓSITOS	14	231.435.278,16
Depósitos à Vista		69.848.903,73
Depósito de Poupança		44.860,40
Depósitos a Prazo		161.496.514,03
Outros Depósitos		45.000,00
OUTROS PASSIVOS	16	7.624.082,85
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.1	1.686.088,52
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	16.2	110.980,73

Balanço Passivo e Líquido – Continuação

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em Reais).

Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	16.3	780.032,83
Outras Obrigações	16.4	5.046.980,77
PROVISÕES	17	2.674.093,68
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	17.1	749.877,85
Provisão para Pagamento a Efetuar	17.2	1.889.715,83
Provisão para Contingências	17.3	34.500,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		73.478.213,68
Capital Social	18.1	40.287.891,99
Reservas de Sobras	18.2	30.153.341,56
Sobras ou Perdas Acumuladas	18.4	3.036.980,13
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		315.211.668,37

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Sobras ou Perdas de 2025

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em Reais).

DESCRIÇÃO	NOTAS	2º SEM. 2025	31/12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		28.143.713,07	51.144.226,40
Resultado de Operações de Crédito	7.4	16.519.543,62	30.677.329,92
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.7	269.476,36	870.891,55
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	5.a	11.354.693,09	19.596.004,93
DESPEAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20	(12.006.561,73)	(21.008.282,90)
Operações de Captação no Mercado	14.2	(12.001.820,77)	(20.999.412,51)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.1	(4.740,96)	(8.870,39)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		16.137.151,34	30.135.943,50
PROVISÕES P/ PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	8.3	(2.412.378,69)	(7.092.002,76)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		13.724.772,65	23.043.940,74
OUTRAS RECEITAS/DESPEAS OPERACIONAIS		(2.958.828,25)	(10.671.178,22)
Rendas de Tarifas Bancárias	21	1.140.628,76	2.287.653,87
Receitas de Prestação de Serviços	22	4.041.639,79	8.052.728,19
Despesas de Pessoal	23	(7.445.325,41)	(14.982.433,67)
Outras Despesas Administrativas	24	(5.324.409,53)	(10.171.904,28)
Despesas Tributárias	25	(83.895,85)	(186.926,84)
Outras Despesas Operacionais	26	(2.116.841,63)	(3.493.655,48)
Outras Receitas Operacionais	27	6.829.375,62	7.823.359,99
PROVISÕES	28	(12.074,77)	(78.398,88)

Demonstração de Sobras ou Perdas de 2025 – Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em Reais).

DESCRIÇÃO	NOTAS	2º SEM. 2025	31/12/2025
Provisões/Reversões para Contingências		(7.852,15)	(59.494,21)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(4.222,62)	(18.904,67)
RESULTADO OPERACIONAL		10.753.869,63	12.294.363,64
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	29	19.921,04	114.769,07
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		10.773.790,67	12.409.132,71
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(495.000,00)	(495.000,00)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		10.278.790,67	11.914.132,71

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Fabrício Alencar de Andrade
 Diretor Superintendente


Elivânia Aparecida Alves
 Contador CRC/DF 021.658


Almon Botelho Alvarenga Junior
 Diretor de Operações

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em Reais).

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 30/06/2025		36.968.695,50	(321.157,38)	26.613.679,92	1.635.342,04	64.896.560,08
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21	4	-	-	-	(508.789,13)	(508.789,13)
Outros Eventos/Reservas		-	-	165.239,27	-	165.239,27
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		1.103.979,75	267.270,62	-	-	1.371.250,37
Por Devolução (-)		(2.680.526,36)	-	-	-	(2.680.526,36)
Estorno de Capital		(2.181,44)	-	-	-	(2.181,44)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	512.972,46	512.972,46
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	10.278.790,67	10.278.790,67
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	18.5	-	-	-	(5.154.454,77)	(5.154.454,77)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		4.951.811,30	-	-	-	4.951.811,30

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em Reais).

Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	18.4	-	-	3.374.422,37	(3.374.422,37)	-
FATES – Atos Cooperativos	18.4	-	-	-	(337.442,24)	(337.442,24)
FATES – Atos Não Cooperativos	19	-	-	-	(15.016,53)	(15.016,53)
Saldos em 31/12/2025		40.341.778,75	(53.886,76)	30.153.341,56	3.036.980,13	73.478.213,68
Saldos em 31/12/2024		35.232.018,25	(67.630,72)	26.598.852,48	3.099.896,04	64.863.136,05
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21	4	-	-	-	(508.789,13)	(508.789,13)
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados	18.3	1.499.844,72	-	-	(3.099.896,04)	(1.600.051,32)
Outros Eventos/Reservas	18.2	-	-	180.066,71	-	180.066,71
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		2.813.562,43	13.743,96	-	-	2.827.306,39
Por Devolução (-)		(4.152.836,51)	-	-	-	(4.152.836,51)
Estorno de Capital		(2.621,44)	-	-	-	(2.621,44)
Reversão/Realização de Fundos	18.4	-	-	-	512.972,46	512.972,46
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	18.4	-	-	-	11.914.132,71	11.914.132,71
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	8.5	-	-	-	(5.154.454,77)	(5.154.454,77)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		4.951.811,30	-	-	-	4.951.811,30
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	18.4	-	-	3.374.422,37	(3.374.422,37)	-
FATES – Atos Cooperativos	18.4	-	-	-	(337.442,24)	(337.442,24)
FATES – Atos Não Cooperativos	19	-	-	-	(15.016,53)	(15.016,53)
Saldos em 31/12/2025		40.341.778,75	(53.886,76)	30.153.341,56	3.036.980,13	73.478.213,68

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Fabrício Alencar de Andrade
 Diretor Superintendente


Elivânia Aparecida Alves
 Contador CRC/DF 021.658


Almon Botelho Alvarenga Junior
 Diretor de Operações

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em Reais).

DESCRIÇÃO	NOTAS	2º SEM. 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		10.773.790,67	12.409.132,71
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	27	(5.388.871,02)	(5.388.871,02)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.3	2.412.378,69	7.092.002,76
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	28	4.222,62	18.904,67
Provisões/Reversões Não Operacionais		(52.612,21)	(52.612,21)
Provisões/Reversões para Contingências	28	7.852,15	59.494,21
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	12	-	3.610,91
Depreciações e Amortizações	12 e 13	510.791,35	779.402,81
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		8.267.552,25	14.921.064,84
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(184.660,91)	19.724.610,01
Relações Interfinanceiras		(44.860,40)	(44.860,40)
Operações de Crédito		(9.322.777,08)	(29.837.611,16)
Outros Ativos Financeiros		(1.665.293,07)	(1.951.946,03)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		141.338,33	31.967,72
Outros Ativos		(7.835.000,16)	(7.469.937,88)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos à Vista		5.447.494,95	4.242.726,33
Depósitos a Prazo		7.731.972,84	25.321.549,67
Outros Depósitos		44.860,40	44.860,40
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		(443.306,25)	(5.334.970,30)
Relações Interfinanceiras		(16.965,42)	(107.131,92)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		1.686.088,52	1.686.088,52
Outros Passivos Financeiros		(27.246,64)	12.514,18
Provisões		240.319,26	301.478,97
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		252.042,51	315.931,94
Outros Passivos		(8.460.794,76)	(6.610.872,88)
FATES – Atos Cooperativos		(337.442,24)	(337.442,24)
FATES – Atos Não Cooperativos		(15.016,53)	(15.016,53)
Reversão/Realização de Fundos		512.972,46	512.972,46
Imposto de Renda Pago		(2.479,18)	-
Contribuição Social Pago		(2.892,24)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(4.034.093,36)	15.405.975,70

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Continuação

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em Reais).

DESCRIÇÃO	NOTAS	2º SEM. 2025	31/12/2025
Atividades de Investimentos			
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	27	5.388.871,02	5.388.871,02
Aquisição de Imobilizado de Uso	12	(1.899.152,78)	(2.099.567,69)
Aquisição de Investimentos		5.479.912,50	5.479.912,50
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		8.969.630,74	8.769.215,83
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		1.371.250,37	2.827.306,39
Devolução de Capital aos Cooperados		(2.680.526,36)	(4.152.836,51)
Estorno de Capital		(2.181,44)	(2.621,44)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(1.600.051,32)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		4.951.811,30	4.951.811,30
Outros Eventos/Reservas	18.2	165.239,27	180.066,71
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		3.805.593,14	2.203.675,13
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		8.741.130,52	26.378.866,66
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		142.095.287,03	124.457.550,89
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	5	150.836.417,55	150.836.417,55
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		8.741.130,52	26.378.866,66

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Fabrício Alencar de Andrade
 Diretor Superintendente


Elivânia Aparecida Alves
 Contador CRC/DF 021.658


Almon Botelho Alvarenga Junior
 Diretor de Operações

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em Reais).

DESCRIÇÃO	NOTAS	2º SEM. 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	18.4	10.278.790,67	11.914.132,71
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		10.278.790,67	11.914.132,71

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fabrício Alencar de Andrade
Diretor Superintendente



Elivânia Aparecida Alves
Contador CRC/DF 021.658



Almon Botelho Alvarenga Junior
Diretor de Operações



PARECERES

PARECER DA AUDITORIA EXTERNA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito de Livre Admissão Ltda. – Sicoob Empresarial, CNPJ: 05856736

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito de Livre Admissão Ltda. – **Sicoob Empresarial**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Empresarial em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.1.b às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que considera a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352/23 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, in-

dependente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 25 de março de 2026.



ASSINADO DIGITALMENTE
ALDO HENRIQUE BATISTA RODRIGUES

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



Aldo Henrique Batista Rodrigues
Contador CRC DF-023897/02

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO LTDA. – SICOOB EMPRESARIAL, e no desempenho das atividades que nos atribuem o Estatuto Social e o Regimento Interno do Conselho Fiscal e em Consonância com as normas legais, analisamos mensalmente as origens e aplicações dos recursos Financeiros, das taxas de captação e empréstimos, do balanço patrimonial, demonstração de resultados, notas explicativas e demais documentos dos procedimentos administrativos traçados pelo Conselho de Administração e implementados pela Diretoria Executiva, comprobatórios do exercício financeiro encerrado em 31 de Dezembro de 2025.

Abalizados nessas análises e nos procedimentos rotineiros de fiscalização executados ao longo do exercício financeiro, constatamos que os referidos documentos retratam de maneira adequada a real situação da Cooperativa.

Brasília/DF, 24 de março de 2026.



Evalir de Souza Junior
Efetivo - Coordenador



Fabiana Batista
Efetivo



João de Alcântara Silvério
Efetivo

NOTAS EXPLICATIVAS

7

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO LTDA. – SICOOB EMPRESARIAL
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO LTDA. – SICOOB EMPRESARIAL**, doravante denominado **SICOOB EMPRESARIAL**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **22/08/2003**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIAS, DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS LTDA – SICOOB NOVA CENTRAL** e componente do **Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB EMPRESARIAL, sediado à **SIA TRECHO 3, Nº 225, ZONA INDUSTRIAL (GUARÁ), BRASÍLIA – DF**, possui: 9 Postos de Atendimento (PAs), físicos, nas seguintes localidades: BRASÍLIA – DF e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB EMPRESARIAL tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Estão apresentadas em conformidade com as diretrizes da Lei nº 6.404/1976, que regulamenta as sociedades por ações, bem como as alterações introduzidas pelas legislações

subsequentes, como a Lei nº 11.638/2007, que trouxe importantes modificações em relação à estruturação das demonstrações financeiras, e a Lei nº 11.941/2009, que aprimorou a transparência e a relevância das informações contábeis.

Adicionalmente, foram levadas em consideração as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às Cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009 e 196/2022. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida pelo órgão estatutário Diretoria Executiva.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta as normas recepcionadas:

PRONUNCIAMENTOS CPC	RESOLUÇÃO CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resoluções CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e Resolução BCB nº 352/2023 estão refletidos nas demonstrações deste período.

c) Moeda Funcional e apresentação em reais

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e a Resolução BCB nº 352/2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

a.1 – A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.

a.2 – Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção.

a.3 – As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas.

a.4 – Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade.

a.5 – Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

Além disso:

- O critério de suspensão da apropriação de juros passa a se aplicar a partir do momento em que as operações forem classificadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
- O critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo também foi alterado: os ativos passam a ser baixados quando a Cooperativa não tiver mais expectativa de recuperação;
- Foram estabelecidas novas diretrizes para a contabilidade de hedge, com vigência a partir

de 1º de janeiro de 2027.

Resolução CMN 4.975/2021 e Resolução 5.101/2023: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, atualizadas pelas Instruções Normativas BCB nº 619/2025 a 671/2025: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos:

(i) ativo realizável e permanente;

(iv) grupos de compensação ativa e passiva;

(iii) passivo exigível;

(iv) patrimônio líquido;

(v) resultado credor e devedor.

b) Adoção Inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Foram auditados os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os valores correspondentes ao segundo semestre de 2025, apresentados conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.818/20 nas demonstrações de sobras ou perdas (DSP), demonstrações resultado abrangente (DRA), demonstrações das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e demonstrações dos fluxos de caixa (DFC), não foram auditados, em razão da dispensa aplicável às

cooperativas prevista na Resolução CMN nº 4.910/21.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do sistema Sicoob demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota 4.

c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu a Reforma Tributária. Em decorrência da promulgação e do avanço do processo de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo, que estabelece a substituição gradativa de tributos atuais por um sistema dual composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), o Sicoob vem acompanhando as alterações normativas, seus atos infralegais e os respectivos efeitos potenciais sobre as operações, processos e sistemas da Cooperativa.

Considerando o estágio atual de implementação, o Sicoob vem conduzindo, para o próximo exercício, um plano de adequação voltado (i) à revisão de processos de faturamento e contratação com fornecedores, (ii) à avaliação de impactos sobre o preço e a estrutura de custos dos serviços oferecidos,

(iii) avaliação sobre eventuais necessidades de emissão de nota fiscal de serviço, (iv) mapeamento e classificação das operações para fins de apuração e escrituração em eventuais obrigações acessórias, e (v) à atualização de sistemas, cadastros fiscais e parametrizações para captura, conciliação e suporte à apuração de créditos e débitos, quando aplicável.

Entre os principais temas em avaliação, destacam-se:

- a) impactos nos serviços oferecidos, inclusive pela eventual necessidade de adequações contratuais para refletir a forma de destaque e repasse de CBS/IBS nas notas fiscais e documentos fiscais equivalentes;
- b) procedimentos de apuração e controle de créditos tributários, observadas as regras de não cumulatividade e os requisitos de documentação e escrituração;
- c) adequações operacionais e de compliance, envolvendo governança de dados fiscais, trilhas de auditoria, conciliações e controles internos; e
- d) potenciais efeitos sobre apresentação, notas explicativas e divulgações, na medida em que evoluam as definições regulatórias e as orientações de órgãos competentes.

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar com confiabilidade os efeitos financeiros líquidos da Reforma Tributária para o próximo exercício, uma vez que parte relevante do arcabouço regulatório e operacional ainda se encontra em fase de detalhamento e implementação, podendo sofrer alterações. O Sicoob seguirá acompanhando a evolução normativa e, quando aplicável, refletirá os impactos na mensuração, no reconhecimento e/ou na divulgação contábil de forma prospectiva, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a regulamentação aplicável.

Por fim, a **Resolução CMN nº 4.966/2021** – Instrumentos Financeiros e normativos relacionados – Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Principais Políticas Materiais

3.1 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei nº 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.2 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.3 Investimentos

Representam investimentos em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições, sendo avaliadas pelo custo de aquisição, conforme Resolução CMN Nº 4.817/2020.

3.4 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

O dispêndios e os ingressos operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.5 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados no mínimo, anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, as provisões para ajuste dos ativos não financeiros ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.6 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

3.7 Instrumentos Financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resul-

tados financeiros, ou seja, pelo:

i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros;

ii) pela venda, ou por;

iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- E como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos e passivos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros, quando essa designação resulta em informação mais relevante para a entidade, porque elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em diferentes bases.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reco-

nhcidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem.

III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.8 Derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3.9 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Re-

solução BCB nº 352/2023, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.10 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Cooperativa adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.11 Provisão para Perdas

I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para:

Aplicações interfinanceiras de liquidez; Títulos e valores mobiliários; Operações de créditos;

Outros ativos financeiros; e

Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (lifetime).

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Cooperativa avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidencie dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplimento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966/2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.12 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável

de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e co-laterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou co-laterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.13 Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens, a saber:

- Equipamentos de uso – 10%;
- Processamento de dados – 20%.

3.14 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, são amortizados a uma taxa anual de:

- Intangíveis – 20%.

3.15 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.16 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.17 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.18 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.19 Tributos

Em cumprimento ao artigo 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do

artigo 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades Cooperativas.

3.20 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante), apresentados por faixa de vencimento.

3.21 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.22 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.23 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

3.24 Operações de Arrendamento – Arrendatário

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de arrendamentos estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 06 – Arrendamentos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.975/21.

A Cooperativa atua como arrendatária de imóveis. Os contratos de arrendamento são reconhecidos como passivos financeiros pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa média de captação (taxa incremental). Em contrapartida, é registrado um ativo de direito de uso correspondente. As despesas financeiras relacionadas aos arrendamentos são apropriadas ao resultado.

Contratos com ativos de valor inferior a trinta mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos (o parâmetro definido no IFRS 16 – Arrendamentos, com a referência de US\$ 5,000.00 (cinco mil dólares), multiplicado pelo valor do dólar PTAX na cotação de 31/12/2024) ou com prazo inferior a 12 (doze) meses — considerados de baixo valor ou curto prazo — não são tratados como arrendamentos, salvo quando houver expectativa de renovação. Nesses casos, os pagamentos são reconhecidos diretamente como despesa no resultado.

O prazo do arrendamento considera o período não cancelável do contrato, as expectativas de renovação ou rescisão e o tempo estimado de uso do ativo.

3.25 Relações Interfinanceiras – Obrigações por Repasses Interfinanceiros

Compreendem os recursos captados com instituições parceiras, por intermédio da Cooperativa Central, destinados para repasses aos cooperados, estando atualizados pelos encargos contratados até a data do balanço.

3.26 Depósitos e Captações por Recursos Aceite e Emissão de Títulos

Os recursos provenientes de depósitos e captações estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, pro rata dia.

3.27 Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/2019, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

4. Reconciliação de Saldos Patrimoniais Comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Cooperativa optou pela isenção prevista pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapre-

sentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966/2021.

Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	57.743.078,67
Perda esperada de crédito esperada para operações de crédito	(13.163.363,92)
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	31.533,27
Outros	(45.120.037,15)
Efeito no Patrimônio líquido conforme a Res. CMN 4.966/21 em 1 de janeiro de 2025	(508.789,13)

b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	Aplicação Interfinanceira de Liquidez	22.421.300,64	10.194,84	-	CA
				22.431.495,48	VJORA
	Provisão para perdas esperadas	-	2.512.029,72	-	VJR
				2.512.029,72	CA
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	41.529.429,74	-	-	VJORA
				41.529.429,74	CA
				-	CA
	Provisão para perdas esperadas	-	-	-	VJR
				-	CA
				-	VJORA
Relações Interfinanceiras	Relações Interfinanceiras e Interdependências	121.499.358,28	18.629.211,29	140.128.569,57	CA
				-	VJR
	Provisão para perdas esperadas	-	-	-	CA
				-	VJR
Operações de Crédito	Operações de Crédito	93.910.868,26	18.394.157,64	112.305.025,90	CA
	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(10.865.569,03)	(4.159.349,99)	(15.024.919,02)	CA

Outros Créditos	Créditos por Avais e Fianças Horados	1.600.582,80	574.008,52	2.174.591,32	CA
	Provisão para perdas esperadas	(1.209.497,23)	(473.452,44)	(1.682.949,67)	CA
	Títulos com Características de Concessão de Crédito	-	-	-	CA
	Provisão para perdas esperadas	(11.402,65)	11.402,65	-	CA
	Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	-	2.229.672,94	2.229.672,94	CA
	Provisão para perdas esperadas	-	(17.645,23)	(17.645,23)	CA
	CPRF	-	-	-	CA
	Provisão para perdas esperadas	-	-	-	CA
Outros Ativos Financeiros	Outras Ativos Financeiros	3.499.881,54	(1.482.292,86)	2.017.588,68	CA
	Provisão para perdas esperadas	-	-	-	CA
Total Ativos Financeiros		272.374.952,35	36.227.937,08	308.602.889,43	

Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	Depósitos	201.781.141,76	16.429.808,21	218.210.949,97	CA
	Obrigações por Op. Compromissadas	-	-	-	CA
	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Créd. e Similares	5.334.970,30	(4.891.664,05)	443.306,25	CA
	Relações Interfinanceiras	107.131,92	(90.166,50)	16.965,42	CA
Total Passivos Financeiros		207.223.243,98	11.447.977,66	218.671.221,64	

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/2021.

5. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidades	1.030.839,02	-	1.030.839,02
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.490.904,36	-	4.490.904,36
Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira (a)	145.314.674,17	-	145.314.674,17
Saldo Caixa e Equivalente de Caixa	150.836.417,55	-	150.836.417,55

a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB NOVA CENTRAL como determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos em 31 de dezembro de 2025 registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	31/12/2025
Rendimentos da Centralização Financeira	19.596.004,93

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, com remuneração aproximadamente de 102,82% do CDI a.m.

O Sicoob não constitui provisão para risco de crédito nas operações de centralização financeira, uma vez que o risco de contraparte é integralmente assumido e mitigado no âmbito do próprio sistema cooperativo. Nessas operações, a exposição decorre exclusivamente de relações intrasistêmicas, cuja responsabilidade e capacidade de absorção de riscos estão distribuídas entre as entidades que compõem o Sistema.

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e demais Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são compostos pelos recursos provenientes aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros, sendo mensurados por categorias, conforme apresentados abaixo:

6.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.490.904,36	-	4.490.904,36
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros	4.490.904,36	-	4.490.904,36

6.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:

31/12/2025				
Descrição	Valor contábil	Ajuste a Valor Justo	Perda Esperada	Valor Justo
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.696.690,63	-	-	2.696.690,63
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros	2.696.690,63	-	-	2.696.690,63

6.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Títulos e Valores Mobiliários	36.049.517,24	-	36.049.517,24
Participação em Cooperativa Central de Crédito	36.049.517,24	-	36.049.517,24

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPI.

a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6.4 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.490.904,36	2.696.690,63	-	7.187.594,99
TOTAL	4.490.904,36	2.696.690,63	-	7.187.594,99

b) Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Participações em Cooperativa Central de Crédito	-	-	36.049.517,24	36.049.517,24
TOTAL	-	-	36.049.517,24	36.049.517,24

6.5 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	4.490.904,36	-	4.490.904,36
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA	2.696.690,63	-	2.696.690,63
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	36.049.517,24	-	36.049.517,24

6.6 Relações e Repasses Interfinanceiras

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos Transferidos – Centralização Financeira	145.314.674,17	-	145.314.674,17
Recursos Transferidos – Depósitos de Poupança Rural	44.860,40	-	44.860,40
TOTAL	145.359.534,57	-	145.359.534,57

6.7 Resultado de Operações com Ativos Financeiros

a) Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

Descrição	31/12/2025
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	870.891,55
TOTAL	870.891,55

6.8 Classificação por Estágio

Abaixo a composição dos estágios das Aplicações Interfinanceira de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2025			
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Aplicações Interfinanceira de Liquidez	7.187.594,99	-	-
TOTAL	7.187.594,99	-	-

7. Operações de Crédito e Outras Operações com Características de Concessão de Crédito

Abaixo, a composição da carteira de crédito e outras operações com características de concessão de crédito mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Operações de Crédito – Custo Amortizado			
Empréstimos	101.938.611,34	(9.537.597,70)	92.401.013,64
Direitos Creditórios Descontados	1.154.471,27	(68.557,07)	1.085.914,20
Adiantamento a Depositantes	118.072,07	(100.299,37)	17.772,70

Cheque Especial	4.766.603,70	(1.490.750,83)	3.275.852,87
Financiamentos	9.244.780,75	(966.775,49)	8.278.005,26
Financiamentos Rurais (Nota 7.1)	1.100.751,51	(677.812,86)	422.938,65
Total – Operações de Crédito (Nota 7.2)	118.323.290,64	(12.841.793,32)	105.481.497,32
Outras Operações com Características de Concessão de Crédito – Custo Amortizados			
Créditos por Avais e Fianças Honrados	2.187.247,01	(1.640.187,97)	547.059,04
Ativos não Financeiros – Concessão de Crédito	2.208.516,81	(17.470,90)	2.191.045,91
Total – Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	4.395.763,82	(1.657.658,87)	2.738.104,95
Garantias financeiras prestadas (Nota 17.1.a)			
Outras Fianças Bancárias	114.809,60	-	114.809,60
Outras Garantias Financeiras Prestadas	13.324.832,86	(496.706,44)	12.828.126,42
Total – Garantias financeiras prestadas	13.439.642,46	(496.706,44)	12.942.933,02

7.1 Abertura dos Financiamentos Rurais

Abaixo está demonstrado a abertura dos financiamentos rurais, incluindo o direcionamento de recursos para aplicação no crédito rural:

Descrição	Total
Custeio Pecuária – Recursos Direcionados de LCA	350.565,96
Investimento Pecuária – Recursos Direcionados de LCA	72.372,69
TOTAL	422.938,65

7.2 Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica

Descrição	Empréstimos/T D	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2025	% da Carteira
Setor Privado – Comércio	367.824,96	-	-	367.824,96	0,34%
Setor Privado – Indústria	52.182,68	-	-	52.182,68	0,05%
Setor Privado – Serviços	100.658.759,74	6.165.422,84	-	106.812.891,42	93,21%
Pessoa Física	6.892.783,35	3.079.357,91	1.100.751,51	11.084.183,93	6,39%
Outros	6.207,65	-	-	6.207,65	0,01%
TOTAL	107.977.758,38	9.244.780,75	1.100.751,51	118.323.290,64	100,00%

7.3 Operações Renegociadas e Reestruturadas

As operações renegociadas e reestruturadas estão assim compostas:

31/12/2025	
Natureza da Operação	Renegociadas/Reestruturadas
Operações de Crédito	1.987.358,98

7.4 Resultado de Operações de Crédito

Descrição	31/12/2025
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	41.077,31
Rendas de Empréstimos	25.993.267,15
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	598.187,14
Rendas de Financiamentos	1.675.144,54
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Livres	91.324,60
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados à Vista	4.855,28
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados de LCA	37.142,15
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	50.750,56
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.842.352,53
Rendas de Crédito por Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	354.015,88
(-) Operações de Crédito – Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(5.391,19)
(-) Est. Juros Créditos por Avais e Fianças Honrados	(5.396,03)
TOTAL	30.677.329,92

7.5 Classificação por Estágios

As operações de crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Prestadas estão compostas nos estágios abaixo:

Descrição	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Adiantamentos a Depositantes	-	7.512,01	110.560,06	118.072,07
Direitos Creditórios Descontados	1.058.043,78	19.579,15	76.848,34	1.154.471,27
Empréstimos	88.501.435,00	6.095.078,28	12.108.701,76	106.705.215,04
Financiamentos	7.768.844,38	227.559,77	1.248.376,60	9.244.780,75
Financiamentos Rurais	-	-	1.100.751,51	1.100.751,51
Garantias Financeiras Prestadas	12.424.022,38	547.934,20	467.685,88	13.439.642,46
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito(a)	2.208.516,81	-	2.187.247,01	4.395.763,82
TOTAL	111.960.862,35	6.897.663,41	17.300.171,16	136.158.696,92

a) Títulos com Característica de Concessão de Crédito são compostos por CPRF (cédula de produto rural financeiro).

7.6 Concentração das Operações por Modalidade, Maiores Devedores e Faixas de Vencimento

a) Composição das operações por faixa de vencimento:

VALORES POR FAIXA DE VENCIMENTO					
Descrição	A vencer até 90 dias	A vencer até 91 a 360 dias	A vencer acima 360 dias	Vencido a partir de 15 dias	Total
Adiantamentos a Depositantes	6.725,96	-	-	111.346,11	118.072,07
Direitos Creditórios Descontados	926.085,60	29.591,81	-	198.793,86	1.154.471,27
Empréstimos	10.586.631,24	24.227.922,41	68.318.529,06	3.572.132,33	106.705.215,04
Financiamentos	795.178,95	2.059.289,09	6.155.045,65	235.267,06	9.244.780,75
Financiamentos Rurais	59.141,30	429.985,02	70.980,52	540.644,67	1.100.751,51
Garantias Financeiras Prestadas	4.188.959,95	8.565.710,48	397.547,74	287.424,29	13.439.642,46
Outras Operações com característica Concessão de Crédito	135.452,35	208.864,48	1.937.214,70	2.114.232,29	4.395.763,82
TOTAL	16.698.175,35	35.521.363,29	76.879.317,67	7.059.840,61	136.158.696,92

b) Composição dos Maiores Devedores:

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Devedor	5.225.110,81	4,26%
10 Maiores Devedores	30.398.979,60	24,81%
50 Maiores Devedores	65.393.667,68	53,37%

7.7 Movimentação em Estágios das Operação da Carteira Bruta

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Saldo Inicial	87.129.634,33	10.055.459,36	12.711.139,45
(-) Transferido para Estágio 1	42.124.321,50	880.164,50	185.840,95
(-) Transferido para Estágio 2	4.706.175,71	493.156,85	26.478,24
(-) Transferido para Estágio 3	4.484.126,37	4.578.045,54	2.464.472,39
(+) Transferido do Estágio 1	42.124.321,50	4.706.175,71	4.484.126,37
(+) Transferido do Estágio 2	880.164,50	493.156,85	4.578.045,54
(+) Transferido do Estágio 3	185.840,95	26.478,24	2.464.472,39
(+) Aquisição	68.770.535,40	1.671.852,61	5.773.526,86
(+) Apropriação de Juros	3.961.443,38	381.614,90	179.178,06
(-) Liquidação	22.606.331,02	1.880.334,16	5.901.415,25
(-) Liquidação Parcial	17.170.123,11	1.748.662,38	811.526,89
(-) Baixa para prejuízo	-	856.710,83	3.500.583,79
Saldo Final	111.960.862,35	6.897.663,41	17.300.171,16

Os valores referidos nas seções de Aquisição e Saldo Final estão relacionados aos valores de saldo e estágio do movimento analisado, enquanto as seções de Saldo Inicial, Liquidação e Baixa para Prejuízo, compõem valores e estágios em Jan/2025. A seção de Transferências é uma composição entre estágio anterior, atual e saldo final.

7.8 Consolidação dos Estágios das Operações Carteira Bruta

Saldo Inicial	109.896.233,14
(+) Aquisição	76.215.914,87
(+) Apropriação de Juros	4.522.236,34
(-) Liquidação	(30.388.080,43)
(-) Liquidação Parcial	(19.730.312,38)
(-) Baixa para prejuízo	(4.357.294,62)
Saldo Final	136.158.696,92

a) Na Tabela abaixo estão apresentadas as operações de crédito alocadas no terceiro estágio com 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias de atraso.

Nome do Estágio	De 31 a 60 dias de atraso
Estágio 3	539.936,38

a) Na Tabela abaixo estão apresentadas as operações de crédito alocadas no terceiro estágio com 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias de atraso.

31/12/2025				
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL
Adiantamentos a Depositantes	-	1.707,44	98.591,93	100.299,37
Direitos Creditórios Descontados	10.548,54	335,39	57.673,14	68.557,07
Empréstimos	1.749.578,53	522.251,94	8.756.518,06	11.028.348,53
Financiamentos	124.969,20	34.924,69	806.881,60	966.775,49
Financiamentos Rurais	-	-	677.812,86	677.812,86
Garantias Financeiras Prestadas	152.797,62	42.298,21	301.610,61	496.706,44
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	17.470,90	-	1.640.187,97	1.657.658,87
TOTAL	2.055.364,79	601.517,67	12.339.276,17	14.996.158,63

8.1 Movimentação em Estágios das Provisões

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2025:

Provisão			
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Provisão Inicial	2.714.616,57	1.788.557,02	8.660.182,61
(-) Transferido para Estágio 1	1.299.661,90	141.117,17	149.100,26
(-) Transferido para Estágio 2	252.522,34	111.071,00	29.070,37
(-) Transferido para Estágio 3	221.835,13	1.332.234,71	5.394.795,98
(+) Transferido do Estágio 1	1.299.661,90	252.522,34	221.835,13
(+) Transferido do Estágio 2	141.117,17	111.071,00	1.332.234,71
(+) Transferido do Estágio 3	149.100,26	29.070,37	5.394.795,98
(+) Constituição Novas Operações	1.236.900,10	225.540,84	3.997.997,19
(+) Constituição Aumento de Provisão	242.056,69	94.617,71	5.543.731,29
(-) Reversão Total	940.597,20	337,40	(354.614,19)
(-) Reversão Parcial	1.013.471,33	111.304,59	4.151.318,13
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	-	203.796,74	3.441.830,19
Provisão Final	2.055.364,79	601.517,67	12.339.276,17

Os valores referidos nas seções de Constituição e Provisão Final estão relacionados aos valores de saldo e estágio do movimento analisado, enquanto as seções de Provisão Inicial, Reversão e Baixa para Prejuízo, compõem valores e estágios em Jan/2025. A seção de Transferências é uma composição entre estágio anterior, atual e saldo final.

8.2 Consolidação dos Estágios das Provisões

Provisão Inicial	13.163.356,20
(+) Constituição Novas Operações	5.460.438,13
(+) Constituição Aumento de Provisão	5.880.405,69
(-) Reversão Total	(586.320,41)
(-) Reversão Parcial	(5.276.094,05)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	(3.645.626,93)
Provisão Final	14.996.158,63

8.3 Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	31/12/2025
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	11.172.171,66
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	924.524,41
Reversões de Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	10,90
Provisões para Operações de Crédito	(16.307.323,11)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(2.628.215,21)
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(253.171,41)
TOTAL	(7.092.002,76)

9. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber (Nota 9.1)	2.331.418,02	-	2.331.418,02
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.2)	26.036,09	-	26.036,09
TOTAL	2.357.454,11	-	2.357.454,11

9.1 Rendas a Receber

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênio	9.380,64	-	9.380,64
Rendas de Cartões	334.078,45	-	334.078,45
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	1.875.332,53	-	1.875.332,53
Rendas de Domicílio Bancário	96.938,38	-	96.938,38
Rendas de Poupança	5.001,22	-	5.001,22
Rendas de Transações Interfinanceiras	10.068,99	-	10.068,99
Outras Rendas a Receber	617,81	-	617,81
TOTAL	2.331.418,02	-	2.331.418,02

9.2 Títulos e Créditos a Receber

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Valores a receber - Aluguel SIPAG 2.0	26.036,09	-	26.036,09
TOTAL	26.036,09	-	26.036,09

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	150.013,04	-	150.013,04
CSLL não compensado no próprio exercício	66.850,62	-	66.850,62
Valores a restituir - PERDCOMP	12.144,80	-	12.144,80
TOTAL	229.008,46	-	229.008,46

11. Outros Ativos

Os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	27.208,11	-	27.208,11
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	17.060,07	-	17.060,07
Devedores Diversos – País (Nota 11.1)	134.386,83	-	134.386,83
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (Nota 11.2)	8.328.931,29	3.267.816,91	11.596.748,20
(-) Prov. Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda – Rec. (Nota 11.2)	-	(458.020,63)	(458.020,63)
Despesas Antecipadas (Nota 11.3)	401.414,93	-	401.414,93
TOTAL	8.909.001,23	2.809.796,28	11.718.797,51

11.1 Devedores Diversos

Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	117.457,07	-	117.457,07
Pendências a Regularizar – Banco Sicoob	16.882,72	-	16.882,72
Diferença de Caixa	47,04	-	47,04
TOTAL	134.386,83	-	134.386,83

11.2 Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos em pagamento de operações de crédito com associados, não destinados a uso próprio e não estão sujeitos a depreciação ou correção.

Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

11.3 Despesa Antecipadas

Em Despesa Antecipadas estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios de Seguros	4.222,95	-	4.222,95
Processamento de Dados	193.058,60	-	193.058,60
Vale Refeição e Alimentação	177.859,38	-	177.859,38
Vale Transporte	26.274,00	-	26.274,00
TOTAL	401.414,93	-	401.414,93

12. Imobilizado de Uso

Os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2025	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2024
Instalações	10%	1.208.867,96	9.300,00	-	-	-	1.199.567,96
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.532.497,14	42.272,60	(7.269,24)	-	-	1.497.493,78
Sistema de Processamento de Dados	20%	989.530,01	147.835,11	(118.470,10)	-	-	960.165,00
Sistema de Segurança	10%	105.364,24	3.338,00	(6.276,22)	-	-	108.302,46
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20%	1.218.227,68	14.110,00	-	-	-	1.204.117,68
Ativo de Direito de Uso – Arrendatário	-	1.882.711,98	1.882.711,98	-	-	-	-
Total de Imobilizado de Uso	-	6.937.199,01	2.099.567,69	(132.015,56)	-	-	4.969.646,88
(-) Depreciação Acum. de Instalações	-	(1.008.823,77)	-	-	-	(84.791,45)	(924.032,32)
(-) Depreciação Acum. de	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Equipamentos de Uso	-	(1.630.281,29)	-	128.404,65	-	(245.957,52)	(1.512.728,42)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	(997.613,82)	-	-	-	(177.605,42)	(820.008,40)
(-) Ativo de Direito de Uso –	-	-	-	-	-	-	-
Arrendatário(a)	-	(255.246,16)	-	-	-	(255.246,16)	-
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso	-	(3.891.965,04)	-	128.404,65	-	(763.600,55)	(3.256.769,14)
TOTAL	-	3.045.233,97	2.099.567,69	(3.610,91)	-	(763.600,55)	1.712.877,74

(a) Celebramos contratos de arrendamento são registrados como Ativo de Direito de uso no ativo imobilizado. As obrigações estão registradas em Passivo de Arrendamento nota 16.1.

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetua análise de recuperabilidade dos seus ativos no encerramento do exercício. Não foram identificados no exercício de 2025 eventos ou alterações em circunstâncias que indicassem que o valor contábil desses ativos pudesse não ser recuperável.

13. Intangível

Os montantes do intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2025	Aquisições	Baixas	Transferências	Amortização	31/12/2024
Sistemas de Processamento de Dados	20%	346.538,02	-	-	-	-	346.538,02
Total Intangíveis		346.538,02	-	-	-	-	346.538,02
(-) Amort.Acum. de Ativos Intangíveis	-	(332.451,79)	-	-	-	(15.802,26)	(316.649,53)
Total de Depreciação Intangível	-	(332.451,79)	-	-	-	(15.802,26)	(316.649,53)
TOTAL	-	14.086,23	-	-	-	(15.802,26)	29.888,49

14. Depósitos

Abaixo, composição dos depósitos mensurados ao custo amortizado:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Custo Amortizado			
Depósitos à Vista (a)	69.848.903,73	-	69.848.903,73
Depósitos de Poupança	44.860,40	-	44.860,40
Depósitos a Prazo (b)	157.389.665,49	4.106.848,54	161.496.514,03
Outros Depósitos	45.000,00	-	45.000,00
TOTAL	227.328.429,62	4.106.848,54	231.435.278,16

a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

14.1 Concentração dos Principais Depositantes

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Depositante	5.245.124,12	2,33%
10 Maiores Depositantes	39.964.062,41	17,75%
50 Maiores Depositantes	94.204.180,53	41,84%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

14.2 Despesas com Operações de Captação de Mercado

Descrição	31/12/2025
Despesas de Poupança	(563,59)
Despesas de Depósitos a Prazo	(20.608.680,04)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(63.272,48)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(326.896,40)
TOTAL	(20.999.412,51)

15. Relações Interfinanceiras

São mensuradas ao custo amortizado e demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. A garantia oferecida é a caução dos títulos de crédito dos associados beneficiados.

15.1 Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

Instituições	31/12/2025
Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob	(4.330,79)
Despesa Financeira – Juros Passivo de Arrendamento	(4.539,60)
TOTAL	(8.870,39)

16. Outros Passivos

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, são compostos assim:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 16.1)	1.686.088,52	-	1.686.088,52
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (16.1)	110.980,73	-	110.980,73
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas (16.3)	780.032,83	-	780.032,83
Cobrança de Terceiros em Trânsito	10.534,28	-	10.534,28
Outras Obrigações (16.4)	5.036.446,49	-	5.036.446,49
TOTAL	7.624.082,85	-	7.624.082,85

16.1 Obrigações por Empréstimos e Repasses

Instituições	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Passivo de Arrendamento (a)	1.686.088,52	-	1.686.088,52
TOTAL	1.686.088,52	-	1.686.088,52

(a) Os pagamentos dos contratos de arrendamentos estão registrados em passivo de arrendamento e reconhecidos o direito de uso no ativo imobilizado, demonstrado na nota 12, abaixo o reconhecimento das despesas.

b) Despesa com Arrendamento – Arrendatário

31/12/2025	
Descrição	Valor Contábil
Despesa de Depreciação de Direito de Uso – Arrendatário	(255.246,16)
Despesa Financeira – de Juros Passivo de Arrendamento – Arrendatário	(4.539,60)
Total	(259.785,76)

16.2 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

As cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados, são assim registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito – IOF	110.332,34	-	110.332,34
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	648,39	-	648,39
TOTAL	110.980,73	-	110.980,73

16.3 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	28.533,56	-	28.533,56
Impostos e Contribuições sobre Salários	422.846,52	-	422.846,52
Outros (a)	328.652,75	-	328.652,75
TOTAL	780.032,83	-	780.032,83

a) A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre Aplicações Financeiras	252.826,85	-	252.826,85
ISSQN a Recolher	7.552,57	-	7.552,57
IRRF sobre Juros ao Capital	68.273,33	-	68.273,33
TOTAL	328.652,75	-	328.652,75

16.4 Outras Obrigações

Os saldos de outras obrigações, são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	4.481.266,79	-	4.481.266,79
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	23.541,38	-	23.541,38
Credores Diversos – País (c)	514.444,05	-	514.444,05
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	17.194,27	-	17.194,27
Recursos em Trânsito de Terceiros	10.534,28	-	10.534,28
TOTAL	5.046.980,77	-	5.046.980,77

a) A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	495.204,31	-	495.204,31
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	3.205.499,79	-	3.205.499,79
FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	780.562,69	-	780.562,69
TOTAL	4.481.266,79	-	4.481.266,79

a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores

em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada por meio de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

c) Os saldos em Credores Diversos – País referem-se:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	124.536,59	-	124.536,59
Valores a Repassar à Cooperativa Central	133.756,47	-	133.756,47
Saldos Credores – Encerramento C/C	69.534,63	-	69.534,63
Credores Diversos–Liquidação Cobrança	19.437,08	-	19.437,08
Diferença de Caixa	1.736,28	-	1.736,28
Créditos de Terceiros	25.570,45	-	25.570,45
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	51.398,17	-	51.398,17
Pendências a Regularizar	18.542,94	-	18.542,94
Desconto Folha Pqto – Crédito Consignado	10.741,00	-	10.741,00
Créditos de terceir. Ativos não finan. mant. p/venda	50.000,00	-	50.000,00
Outros Credores Diversos – País	9.190,44	-	9.190,44
TOTAL	514.444,05	-	514.444,05

17. Provisões

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros (Nota 17.1)	749.877,85	-	749.877,85
Provisão para Pagamento a Efetuar (Nota 17.2)	1.889.715,83	-	1.889.715,83
Provisão para Contingências (Nota 17.3)	5.880,24	28.619,76	34.500,00
TOTAL	2.645.473,92	28.619,76	2.674.093,68

17.1 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registradas:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	253.171,41	-	253.171,41
Garantias Financeiras Prestadas (a)	496.706,44	-	496.706,44
TOTAL	749.877,85	-	749.877,85

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2025
Coobrigações Prestadas	13.324.832,86
Outras Fianças Bancárias	114.809,60
TOTAL	13.439.642,46

17.2 Provisão para Pagamentos a Efetuar

As Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registradas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	1.206.125,76	-	1.206.125,76
Custos de Transações Interfinanceiras	18.061,77	-	18.061,77
Seguro Prestamista	131.716,44	-	131.716,44
Despesas com Cartões	138.221,36	-	138.221,36
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	114.728,55	-	114.728,55
Segurança e Vigilância	77.321,62	-	77.321,62
Manutenção e Conservação de Bens	13.017,97	-	13.017,97
Transporte	17.778,24	-	17.778,24
Seguro	2.472,40	-	2.472,40
Compensação	9.846,80	-	9.846,80
Aluguéis	42.907,86	-	42.907,86
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	117.517,06	-	117.517,06
TOTAL	1.889.715,83	-	1.889.715,83

17.3 Provisão para Contingências

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

a) Composição da Provisão para Contingências

31/12/2025	
Descrição	Provisão para Contingências
Outras Contingências	34.500,00
TOTAL	34.500,00

b) Movimentação das Provisões para Contingências

Descrição	Cível	Tributário	Trabalhista	Total
Saldo em 01 janeiro de 2025	404.500,00	-	-	404.500,00
Constituição da provisão	5.880,24	-	-	5.880,24
Utilização durante o exercício	(375.880,24)	-	-	(375.880,24)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	34.500,00	-	-	34.500,00

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB EMPRESARIAL, em 31 de dezembro de 2025, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 2.390.064,92. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Patrimônio Líquido

18.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2025
Capital Social	40.287.891,99
Associados	12.355

18.2 Fundo de Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 31 de dezembro de 2025 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 180.066.71.

Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

18.3 Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22/03/2025 em conformidade com o artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, artigo 44 da Lei nº 5.764/1971 e artigo 17 da Lei Complementar 130/2009, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 da seguinte forma:

- 49% para Conta Capital, no valor de R\$ 1.526.698,80;
- 51% para Conta Corrente, no valor de R\$ 1.573.197,24.

18.4 Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, a cooperativa reconheceu, na adoção inicial, um ajuste de transição no Patrimônio Líquido, correspondente à reclassificação e mensuração de instrumentos financeiros e provisões para perdas esperadas. Esse ajuste, embora contabilmente registrado em sobras ou perdas acumuladas, foi evidenciado nesta nota para fins de transparência na apuração da sobra líquida base de cálculo das destinações estatutárias, conforme quadro a seguir:

Descrição	31/12/2025
Sobras/Perdas Antes Remuneração Juros ao Capital Próprio	11.914.132,71
(-) Despesa com Juros ao Capital Próprio (Nota 18.5)	(5.154.454,77)
Sobras/Perdas do exercício	6.759.677,94
(-) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES (AÑC) (Nota 19)	(15.016,53)
(+) Absorção de FATES (c)	512.972,46
(-) Ajustes de transição da resolução CMN 4.966/21 (Nota 4)	(508.789,13)
Base de cálculo das destinações	6.748.844,74
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (50%) (a)	(3.374.422,37)
(-) Destinação para o FATES – Atos Cooperativos (5%) (b)	(337.442,24)
Sobras/Perdas à disposição da Assembleia Geral	3.036.980,13

a) 50% para o Fundo de Reserva, apurado sobre a sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

b) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apuradas sobre a so-

bras liquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

c) A reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

18.5 Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 100% da taxa Selic para o exercício de 2025, no montante de R\$ 5.154.454,77 e 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 3.502.882,69. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

19. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

O resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Descrição	31/12/2025
Sobra/Perda Líquida do Exercício (Desconsiderando Desp. IRPJ/CSLL)	6.759.677,94
Resultado de Atos Com Associados (a)	(10.140.531,02)
(-) Ajustes Manuais	(98.246,03)
(-) Outras Deduções (RESOLUÇÃO SICOOB 129/16 E 145/16; CCI 1.762/25)	(1.660.339,13)
(+) Despesas de Juros ao Capital	5.154.454,77
(=) Resultado de Atos Com Não Associados Conf. Art. 87 da Lei 5.764/71	15.016,53

Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões – SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não associados.

20. Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2025
Despesas de Captação	(20.999.412,51)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(4.330,79)
Despesas de Arrendamento	(4.539,60)
TOTAL	(21.008.282,90)

21. Rendas de Tarifas

Descrição	31/12/2025
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	26.369,60
Rendas de Serviços Prioritários – PF	46.742,15
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	13.378,80
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	1.745.028,77
Rendas de Outras Tarifas – PJ	456.134,55
TOTAL	2.287.653,87

22. Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	31/12/2025
Rendas de Cobrança	2.041.011,45
Rendas por Serviços de Pagamento – PIX	518.826,50
Rendas por Serviços de Pagamento – Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagamento	582.413,61
Rendas de Convênios	71.418,76
Rendas de Comissão de Outros Serviços	18.396,36
Rendas de Outros Serviços	315.661,39
Rendas de Comissão de Seguros	1.297.696,59
Rendas de Comissão de Previdência	1.986,95
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	543.913,19
Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	397.160,65
Rendas de Outras Tarifas de Cartões	8.037,00
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	1.550.840,60
Rendas Aluguel Equipamentos de Transações de Pagamentos	251.416,73
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	453.948,41
TOTAL	8.052.728,19

23. Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2025
Despesas de Honorários – Conselho Fiscal	(174.240,00)
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(1.875.572,29)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(3.373.129,93)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(2.690.416,01)
Despesas de Pessoal – Proventos	(6.867.336,59)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(1.738,85)
TOTAL	(14.982.433,67)

24. Outros Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(142.317,11)
Despesas de Aluguéis	(823.525,28)
Despesas de Comunicações	(339.761,56)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(1.058.858,70)
Despesas de Material	(55.398,88)
Despesas de Processamento de Dados	(1.563.996,86)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(159.245,02)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(49.146,40)
Despesas de Seguros	(80.060,34)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(710.852,88)
Despesas de Serviços de Terceiros	(407.311,91)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.034.555,77)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(494.917,37)
Despesas de Transporte	(204.867,37)
Despesas de Amortização	(15.802,26)
Despesas de Depreciação	(763.600,55)
Outras Despesas Administrativas (Nota 24.1)	(2.267.686,02)
TOTAL	(10.171.904,28)

24.1 Outras Despesas Administrativas

Os saldos das outras despesas administrativas estão compostos:

Descrição	31/12/2025
Condomínio	(24.238,91)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(280.883,41)
Copa/Cozinha	(41.111,92)
Lanches e Refeições	(26.266,21)
Contribuição a OCE	(7.375,68)
Taxas da Junta Comercial	(3.472,46)
Marcas e Patentes	(142,00)
Multas por Rescisão Contratual	(32.938,66)
Sistema Cooperativista	(112.867,77)
Mensalidades Diversas	(24.205,50)
Rateio de Despesas da Central	(1.442.988,39)
Rateio de Despesa ADM do Sicoob – Confederação	(232.746,23)
Contribuição Confederativa	(26.292,26)
Outras Despesas Administrativas	(12.156,62)
TOTAL	(2.267.686,02)

25. Despesas Tributárias

Descrição	31/12/2025
Despesas Tributárias	(24.862,77)
Desp. Impostos s/ Serviços – ISS	(98.246,03)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(63.818,04)
TOTAL	(186.926,84)

26. Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2025
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(2.112.732,46)
Outras Contribuições Diversas	(781,40)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(512.972,46)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(867.169,16)
TOTAL	(3.493.655,48)

27. Outros Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	409.585,12
Rendas de Repasses Interfinanceiros	4.865,33
Rendas Oriundas de Cartões de Crédito e Adquirência	1.855.861,20
Juros ao Capital	5.388.871,02
Outras Rendas Operacionais	164.177,32
TOTAL	7.823.359,99

28. Despesas com Provisões

Descrição	31/12/2025
Provisões para Contingências Cíveis	(18.018,36)
Provisões para Outras Contingências	(41.475,85)
Provisões/Reversões para Contingências	(59.494,21)
Provisões para Garantias Prestadas	(676.525,56)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	657.620,89
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(18.904,67)
TOTAL	(78.398,88)

29. Outras Receitas e Despesas

Descrição	31/12/2025
Lucros na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda – Recebidos	100.748,56
Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda Recebidos	63.012,21
Ganho de Capital	61.566,98
Outras Rendas não Operacionais	8.150,00
Receitas não operacionais	233.477,75
(-) Prejuízo na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(45.000,00)
(-) Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(10.400,00)
(-) Perda de Capital	(58.117,50)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(5.191,18)
(-) Despesas não Operacionais	(118.708,68)
TOTAL	114.769,07

30. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 31/12/2025.

31. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

31.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no

âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar nº 130/2009.

Natureza da Operação	31/12/2025
Operações Ativas	
Operação de crédito	5.738.793,91
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	20.218,22
Taxa média (a.m.)	
Empréstimos	1,82%
Financiamentos	1,83%
Prazo médio (meses)	
Empréstimos	42,05
Financiamentos	36,43
Operações Passivas	
Depósitos	12.147.088,29
Taxa Média Depósitos (% CDI a.m.)	
Aplicação Financeira – Pós Fixada (%CDI)	98,68
Prazo Médio Depósitos (meses)	
Aplicação Financeira – Pós Fixada (%CDI)	159,38
Garantias prestadas	15.266.110,76
Capital social	2.303.315,94
Remuneração	
(6.268.329,66)	
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(1.674.493,48)
Encargos sociais	(494.211,60)
Benefícios	(4.099.624,58)

31.2 Cooperativa Central

O SICOOB EMPRESARIAL, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB NOVA CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB NOVA CENTRAL, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para

a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB NOVA CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB EMPRESARIAL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB NOVA CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subcrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB NOVA CENTRAL:

Descrição	31/12/2025
Operações Ativas	
Ativo – Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira	145.359.534,57
Ativo – Participações de Cooperativas	36.049.517,24
Ativo – Rendimentos Centralização Financeiras a Receber	1.875.332,53
Total de Operações Ativas	183.284.384,34
Receitas	
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	19.596.004,93
Despesas	
Rateio de Despesas da Central	(1.442.988,39)

32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021 e Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	Valores
Patrimônio de referência (PR)	44.319.876,89
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	158.553.524,65
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	27,95%
Índice de imobilização (limite 50%) %	6,87%

33. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Contribuição Previdência Privada	(13.503,77)
TOTAL	(13.503,77)

34. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

34.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política

Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

34.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

34.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas. As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos

classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado (RWAm_{pad});
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) pontos-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

34.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

34.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos fundamentais nas relações de negócios e para todas as pessoas, observando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos negativos e perdas em decorrência de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos que possam afetar a reputação e os negócios do Sicoob.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos físico e de transição.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, de acordo com os critérios de elegibilidade, avaliação e monitoramento e divulgados nos manuais internos, observando a combinação de setores de maior risco, valores de exposição e existência de embargos ambientais, possibilitando a análise de associados com predisposição aos riscos desta natureza, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

34.6 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

34.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

34.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

35. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



Fabrício Alencar de Andrade
Diretor Superintendente



Elivânia Aparecida Alves
Contador CRC/DF 021.658



Almon Botelho Alvarenga Junior
Diretor de Operações

NOSSA EQUIPE

Adan Rodrigues

Analista de Performance Corporativa

Alberisia Fernandes

Gerente de Relacionamento

Alessandro Viana

Gerente de Relacionamento

Alexandre Pinho

Coordenador de Riscos e Controles

Almon Junior

Diretor de Operações

Amanda Gonçalves

Agente de Relacionamento

Ana Cristina Souza

Gerente de Relacionamento

Ana Karoline Guimarães

Agente de Atendimento

Ana Paola Canabarro

Analista Administrativo

André Pinheiro

Analista de Comunicação e Marketing

Aneliza Vieira

Analista de Cadastro

Ayrton Santos

Agente de Relacionamento

Beatriz Pinheiro

Agente de Atendimento

Bruno Freitas

Agente de Atendimento

Camila Araújo

Agente de Atendimento

Carolina Costa

Analista de Comunicação e Marketing

Clenilson Cunha

Analista de Crédito

Clineuma Santos

Analista de Tesouraria

Daniel Costa

Gerente de Relacionamento

Danila Vasconcelos

Gerente de Estratégia de Negócios

David Sousa

Assistente de Performance Corporativa

Deivid Souza

Gerente de Relacionamento

Delnice Almeida

Analista Financeiro

Diego Oliveira

Gerente Financeiro

Diógenes Nunes

Analista de TI

Edilma Araújo

Gerente de Relacionamento

Ednaldo Nobre

Analista de Estratégia de Negócios

Elisângela Santos

Analista de Processos e Normas

Emanuella Marques

Agente de Atendimento

Fabiola Pereira

Agente de Relacionamento

Fabício Andrade

Diretor Superintendente

Flávio Almeida

Analista de Recuperação de Crédito

Fyama Monteiro

Agente de Atendimento

Gabriel Cavalcante

Analista de Recuperação de Crédito

Gabriela Santos

Coordenadora de Gestão de Pessoas

Gabriele Silva

Gerente de PA

George Nascimento

Agente de Atendimento

Giovanna Camara

Menor Aprendiz

Giselle Costa

Coordenadora de Cadastro

Gustavo Rodrigues

Analista de TI

Hellen Almeida

Analista de Cadastro

Hugo Teixeira

Coordenador de Performance Corporativa

Isabella Espindula

Agente de Atendimento

Johnny Silva

Agente de Atendimento

Jonathan Moura

Gerente de PA

Jonathan Silva

Gerente de Relacionamento

Jordana Dutra

Agente de Atendimento

Juliana Novais

Agente de Atendimento

Kênia Costa

Coordenadora Administrativa

Lais Pinheiro

Gerente de Relacionamento

Leidiane Vieira

Agente de Atendimento

Lenita Santos

Agente de Atendimento

Leonardo Barreira

Analista de Estratégia de Negócios

Lorena Mota

Agente de Atendimento

Luan Gomes

Agente de Atendimento

Luciana Soares

Agente de Atendimento

Lusivera Siqueira

Agente de Atendimento

Marcelo Teixeira

Caixa

Marco Rocha

Analista de Crédito

Maria Rocha

Menor Aprendiz

Mariana Santos

Secretária Executiva

Maykowl Valadão

Agente de Atendimento

Maysa Ribeiro

Gerente de PA

Nayara Queiroz

Agente de Atendimento

Odmar Silva

Gerente de PA

Paulo Silva

Agente de Atendimento

Pedro Junior

Gerente de PA

Pedro Resende

Agente de Atendimento

Rafael Pimentel

Analista de Comunicação e Marketing

Raphael Furtado

Agente de Atendimento

Raynara Gomes

Agente de Atendimento

Regiane Dante

Agente de Atendimento

Ricardo Silva

Analista Administrativo

Rodrigo Adão

Gerente de Crédito

Rodrigo Silva

Gerente de Crédito

Rodrigo Trevisan

Superintendente Regional

Rogério Cruz

Gerente de Relacionamento

Rubens Assis

Analista Administrativo

Santiago Lima

Agente de Atendimento

Sérgio Oliveira

Agente de Atendimento

Stefânia Freitas

Analista de Gente & Cultura

Suelen Rodrigues

Gerente de Relacionamento

Taizo Myva

Agente de Atendimento

Thalyta Fernandes

Gerente de Relacionamento

Thamara Campos

Analista de Riscos e Controles

Thays Soares

Agente de Atendimento

Theo Silva

Agente de Atendimento

Vanuza Martins

Analista de Cadastro

Vinicius Oliveira

Diretor de Negócios

Walter Santos

Gerente de Relacionamento

Yago Benon

Caixa

Yuri Gama

Coordenador De Tesouraria



SICOOB
Empresarial